



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

JOSELMA DOS SANTOS COELHO

VALÊNCIA NOMINAL EM GUAJÁ (TUPI-GUARANI)

Apoio:



Brasília
Março de 2026

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL**

JOSELMA DOS SANTOS COELHO

VALÊNCIA NOMINAL EM GUAJÁ (TUPI-GUARANI)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do Título de Mestre em
Linguística pelo Programa de Pós-Graduação
em Linguística da Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

Linha de Pesquisa: Teoria e Análise Linguística de Línguas Indígenas

Orientador (a): Profa. Dra. Marina Maria Silva Magalhães



**Brasília
Março de 2026**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC672vv COELHO, JOSELMA DOS SANTOS
VALÊNCIA NOMINAL EM GUAJÁ (TUPI-GUARANI) / JOSELMA DOS
SANTOS COELHO; orientador Marina Maria Silva Magalhães.
Brasília, 2026.
80 p.

Dissertação(Mestrado em Linguística) Universidade de
Brasília, 2026.

1. valência nominal. 2. Guajá. 3. omnipredicatividade. 4.
iconicidade. 5. frequência. I. Magalhães, Marina Maria
Silva, orient. II. Título.

JOSELMA DOS SANTOS COELHO

VALÊNCIA NOMINAL EM GUAJÁ (TUPI-GUARANI)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do Título de Mestre em
Linguística pelo Programa de Pós-Graduação
em Linguística da Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

9 de março de 2026

BANCA EXAMINADORA

Dra. MARINA MARIA SILVA MAGALHAES, UnB
Presidente

Dr. ANDREY NIKULIN GUZMÁN, UFG
Examinador Externo à Instituição

Dra. LEIA DE JESUS SILVA, UFSC
Examinadora Externa à Instituição

Dra. WALKIRIA NEIVA PRAÇA, UnB
Examinadora Interna

A Deus, fonte de vida e força diária; aos meus
pais, pilares da minha formação como ser
humano; ao meu marido, pelo apoio
incondicional e companheirismo; aos Awa
Guajá, para que sua cultura seja conhecida,
respeitada e preservada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Brasília, lugar que, para mim, foi como uma porta aberta ao conhecimento científico e onde fui muito bem acolhida, com carinho, respeito, confiança e valorização.

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), pela bolsa de estudos concedida, fundamental para que eu pudesse me dedicar com mais leveza a esta pesquisa.

À minha querida orientadora, professora Marina Maria Silva Magalhães, agradeço por me aceitar como orientanda, mesmo sabendo do grande desafio que isso significava para mim, egressa de outra área de conhecimento; por acreditar em minha capacidade quando nem eu mesma acreditava; e pela paciência, pelas correções, pelo direcionamento, pela leveza e pelo incentivo constante ao longo de todo o processo.

À estimada professora Juliana Dias, agradeço pelo incentivo à carreira acadêmico-científica e por mostrar caminhos possíveis.

Ao querido professor Gilson Charles dos Santos, agradeço pelas dicas preciosas para encarar a banca de admissão ao mestrado com confiança e paz no coração.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/IL/UnB), agradeço pelas aulas e pelas contribuições à minha formação. Em especial, à professora Walkíria Neiva Praça, pelas sugestões que enriqueceram esta pesquisa; ao professor Dionei Gomes, pelas aulas riquíssimas que instigaram minha curiosidade e meu desenvolvimento; e à professora Flávia de Castro Alves, pela compreensão e cooperação ao ministrar as aulas remotamente no período em que enfrentei um problema de saúde.

Ao professor Francesc Queixalós, fonte inspiradora desta pesquisa, agradeço a honra de tê-lo conhecido e o prazer de assistir às suas aulas presencialmente na Universidade Federal de Goiás (UFG). Aprendi tanto em tão pouco tempo, de um modo que me fez ver a análise de línguas com simplicidade e leveza.

À Universidade Federal de Goiás (UFG), na pessoa da professora Aline Cruz, agradeço por essa oportunidade única.

A toda a gente do Núcleo de Tipologia de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (NTL/IL/UnB), agradeço por constituir esse espaço de aprendizado, troca e crescimento. Em especial, agradeço aos colegas Dêbson Ramos, Pedro Henrique Araújo, Raíssa, Flávia Almeida e Kaoru Tanaka, pela parceria e amizade: Dêbson, Pedro e Raíssa, pelos papos e cafezinhos compartilhados; Flávia, que gentilmente me acolheu em sua casa durante o Encontro de Americanistas no Cerrado 4 (EAC4); e Kaoru, pelo auxílio nos estudos de sintaxe.

Aos meus amados pais, Seu Zito (*in memoriam*) e Dona Zulmira, dedico tudo o que faço, como forma de honrá-los.

À memória das professoras Dalila Baptista dos Santos (*in memoriam*), minha avó, e Maria Anita Furtado Coêlho (*in memoriam*), minha tia, agradeço pelo exemplo de mulheres que seguiram sua jornada profissional na Educação, apesar de todas as dificuldades e que, mesmo não estando fisicamente presentes, continuam a guiar meus passos.

Ao Álvaro, meu marido, agradeço por me apoiar, cuidar, alimentar e acompanhar ao longo desse percurso.

A todos que torceram por mim e que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse ao fim desse processo, deixo o meu muitíssimo obrigada. Sei que, se concluí esta pesquisa e recebi algum louvor, foi porque não estava sozinha.

A Deus, agradeço pelo sopro de vida e pelos milagres diários.

Por fim, agradeço a mim mesma, por não desistir.

No princípio era o Verbo [...] (João 1:1)

Eu vim da floresta.
Nós também não gostamos que mexam na nossa floresta.
(Povo Awa Guajá)

RESUMO

O objeto desta dissertação é o aprofundamento da investigação da subdivisão dos nomes em Guajá, da família Tupi-Guarani (Rodrigues, 2011) em divalentes e monovalentes, conforme o número de argumentos que admitem (Magalhães; Mattos, 2014). Os dados utilizados para descrever e classificar os nomes na língua Guajá são de Magalhães (2007, 2014), além de dados inéditos oriundos de levantamento em campo (gravações, transcrição fonética e entrevistas em áudio e/ou vídeo). A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental com revisão de literatura, de caráter descritivo e abordagem qualitativa. A hipótese defendida no trabalho é a de que, os nomes em Guajá têm, assim como os verbos, a capacidade de predicar e de expressar sua relação com seus argumentos por meio de mecanismos de valência, sendo este mecanismo determinante para a subdivisão da classe. As primeiras análises mostram que tanto os nomes divalentes (ou relacionais) quanto os monovalentes (absolutos) ocorrem como núcleo de Sintagma Nominal (SN) e apresentam argumento externo quando em função de predicado equativo. O que diferencia as subclasses é o fato de que os divalentes são caracterizados por exigirem, além do argumento externo, um argumento interno indexado ao nome por meio de uma série de marcadores de pessoa (transcategorial) ou de um nome relacionado ao núcleo por um prefixo *linker*. Os monovalentes caracterizam-se por não admitirem argumento interno. Esperamos neste trabalho, inspiradas na interpretação de Queixalós (2005, 2016) para explicar a valência nominal em Katukina e em línguas amazônicas, descrever e explicar as subclasses nominais do Guajá com base no conceito de valência nominal conforme proposto por Kinkade (1983), Ágel e Fischer (2012) e Vapnarsky (2013), propondo uma abordagem teórica mais homogênea na descrição da língua a partir de uma perspectiva morfossintática do comportamento das classes de palavras. Além da revisão semântica e da classificação sob o viés sintático, analisamos os dados do Guajá a partir dos conceitos tipológico-funcionais de iconicidade e frequência de uso (Haiman, 1983 e Haspelmath, 2017), com o objetivo de verificar se as subclasses nominais em monovalentes e divalentes são fixas ou o contexto de uso pode influenciar em mudanças nessa subclassificação, já que tais conceitos auxiliam à reflexão sobre a motivação que as línguas do mundo têm para codificar, em sua gramática, diferentes estruturas para nomes alienáveis e inalienáveis.

Palavras-chave: valência nominal; Guajá; omnipredicatividade; iconicidade; frequência.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to further investigate the subdivision of nouns in Guajá, Tupi-Guarani branch of the Tupian family, according to Rodrigues (2011)) into divalent and monovalent names, according to the number of arguments they admit (Magalhães and Mattos 2014). The data used to describe and classify names in the Guajá language are from Magalhães (2007, 2014), in addition to unpublished data from field research (recordings, phonetic transcription, and audio and/or video interviews). The methodology used is bibliographic and documentary research with a literature review, of a descriptive nature and qualitative approach. The hypothesis defended in this work is that, in the Guajá language, nouns, like verbs, have the capacity to predicate and express their relationship with their arguments through valence mechanisms, this mechanism being determinant for the subdivision of the class. Initial analyses show that both divalent (or relational) and monovalent (absolute) nouns occur as the head of a Noun Phrase (NP) and present an external argument when functioning as an equative predicate. What differentiates the subclasses is the fact that divalent nouns are characterized by requiring, in addition to the external argument, an internal argument indexed to the noun by means of a series of person markers (transcategorical) or a noun related to the head by a linker prefix. Monovalents are characterized by not admitting internal arguments. In this work, inspired by Queixalós's (2005, 2016) interpretation of nominal valence in Katukina and other Amazonian languages, we hope to describe and explain the nominal subclasses of Guajá based on the concept of nominal valence as proposed by Kinkade (1983), Ágel and Fischer (2012), and Vapnarsky (2013), proposing a more homogeneous theoretical approach to the description of the language from a morphosyntactic perspective of the behavior of word classes. In addition to semantic revision and classification from a syntactic perspective, we analyzed the Guajá data using the typological-functional concepts of iconicity and frequency of use (Haiman, 1983 and Haspelmath, 2017), with the aim of verifying whether the nominal subclasses into monovalent and divalent nouns are fixed or whether the context of use can influence changes in this subclassification, since such concepts help to reflect on the motivation that the world's languages have to encode, in their grammar, different structures for alienable and inalienable nouns.

Keywords: nominal valency; Guajá; omnipredicativity; iconicity; frequency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Terras Indígenas Awa Guajá

14

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Marcadores pessoais	35
Quadro 2 – Afixos exclusivos de verbos e nomes no Guajá	37
Quadro 3 – Sufixos exclusivos de nomes no Guajá	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

()	Adjunto
[]	Sintagma
< >	Predicado
1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
12	Primeira pessoa inclusiva
13	Primeira pessoa exclusiva
23	Segunda pessoa do plural
3.IND.HUM	Prefixo de terceira pessoa humana indeterminada
A	Prefixo pessoal da série ativa em Guajá/Conjunto de marcador de pessoa ergativo Maya Yucateco
B	Conjunto de marcador de pessoa absoluto
ABL	Ablativo
ATEN	Atenuativo
BEN	Benefactivo
CAUS	Causativo
CISLOC	Cislocativo
COL	Coletivo
CONJ	Conjunção
DEM	Demonstrativo
FUT	Futuro
GER	Gerúndio
IMED	Imediato
LK	<i>linker</i> (prefixo que relaciona o núcleo de um sintagma ao seu constituinte interno)
LOC	Locativo
N.PR.	Nome próprio
NA	Clíticos pessoais da série não ativa
NEG	Negação
NZR	Nominalizador
PL	Plural
PLU	Pluralizador de terceira pessoa
PROGR	Aspecto progressivo
PROJ	Partícula de aspecto projetivo
PROSP	Aspecto prospectivo
REAL	Categorizador de autenticidade
RETR	Retrospectivo
RFR	Sufixo nominal referenciante
SAdv	Sintagma adverbial
SG	Singular
SIMIL	Similitude

SN	Sintagma nominal
SPosp	Sintagma posposicional
SV	Sintagma verbal
TEMP	Subordinador temporal
TOT	Totalizador

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O POVO AWA GUAJÁ E SUA LÍNGUA	14
3 A NOÇÃO DE VALÊNCIA	22
4 CLASSES DE PALAVRAS COM FUNÇÃO PREDICATIVA EM GUAJÁ	34
4.1 Características dos verbos em Guajá	37
4.1.2 Subclasses de verbos com base na valência.....	39
4.2 Características dos nomes em Guajá	42
4.2.1 Subclasses de nomes com base na valência.....	45
4.3 Características das expressões adverbiais em Guajá.....	46
4.3.1 Subclasses de expressões adverbiais de acordo com a valência	47
5 PREDICADOS NOMINAIS EM GUAJÁ E A EXPRESSÃO DA VALÊNCIA	49
5.1 A valência dos nomes em Guajá	52
5.2 Redução de valência	53
5.3 Nomes monovalentes em grade argumental ampliada	54
6 ICONICIDADE E FREQUÊNCIA EM GUAJÁ.....	58
6.1 Universais tipológicos e o Guajá.....	60
6.2 Escala de proeminência do possuidor	67
6.3 Universal 7 e implicações para o Guajá	69
6.4 Síntese interpretativa.....	69
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	74

VALÊNCIA NOMINAL EM GUAJÁ (TUPI-GUARANI)

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação surgiu da necessidade de aprofundar a análise da classificação dos nomes na língua Guajá – tema inicialmente abordado em Magalhães (2007), sob uma perspectiva predominantemente morfológica, que anteriormente subdividiu os nomes em três tipos: nomes com determinante obrigatório, nomes com determinante facultativo e nomes sem determinante. Mais adiante, em Magalhães e Mattos (2014, p. 261-262) e Magalhães e Alves (2022), a subclassificação dos nomes passou a ser analisada de acordo com o número de argumentos que essa classe de palavras admite, tendo-se como referência a noção de valência.

Assim, o objetivo central deste trabalho é rever a classificação dos nomes em Guajá, reformulando-a a partir de critérios majoritariamente sintáticos sob o viés do conceito de valência nominal de maneira a aprofundar o que já havia sido proposto nos trabalhos anteriormente citados. Parte-se da hipótese de que os nomes, à semelhança dos verbos, possuem estrutura argumental própria e podem ser descritos em termos de valência, o que permite uma abordagem mais sistemática e homogênea do sistema nominal da língua.

Essa proposta de reformulação à luz da valência é inspirada nas discussões desenvolvidas por Kinkade (1983), Launey (2004), Ágel e Fischer (2012), Queixalós (2005, 2016) e Vapnarsky (2013), que analisaram o sistema de estrutura argumental dos nomes, em suas respectivas línguas de estudo, com base no fenômeno valencial, inclusive contrapondo-o à classificação do conceito de “posse”, comumente utilizado como critério central para a subclassificação da classe nominal. Assim, justificamos a nossa análise pela tomada crítica do termo “posse”, conforme o conceito de alienabilidade de Nichols (1988), apresentando proposta de análise alternativa da relação dos nomes com seus argumentos como sendo codificada por mecanismos de valência nominal.

Além da revisão classificatória sob um viés prioritariamente sintático (porque, como veremos adiante, envolve marcadores morfossintáticos), analisamos o fenômeno à luz dos conceitos tipológico-funcionais de iconicidade e frequência de uso (Haiman, 1983; Haspelmath, 2017), buscando compreender em que medida os padrões formais de marcação nominal se correlacionam com proximidade conceitual e recorrência discursiva.

Consideramos, ainda, a possibilidade de que a organização valencial dos nomes não seja inteiramente fixa, mas sensível a fatores pragmáticos e de uso.

Os dados linguísticos utilizados nesta pesquisa foram provenientes da bibliografia de referência – especialmente Magalhães (2007), Magalhães e Mattos (2014), Magalhães, Praça e Cruz (2019), Magalhães e Alves (2022) e Magalhães e Garcia (2023) –, bem como de dados inéditos de Magalhães. Adota-se uma metodologia de cunho bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa e descritiva, voltada à descrição e, logo, ao aprofundamento da classificação dos nomes do Guajá sob a perspectiva da valência.

O trabalho foi norteado pelas seguintes questões: (i) quais critérios sintáticos permitem estabelecer uma subdivisão interna coerente na classe nominal; (ii) como classificar os nomes do Guajá no que se refere à sua relação com argumentos sob a ótica da valência; e (iii) em que medida essa subclassificação é estável ou sensível ao contexto de uso.

A característica principal das pesquisas funcionalistas é analisar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística, levando em conta a realidade e as lutas de um povo. É sob esse ponto de vista que se embasou a pesquisa.

Acredita-se que esta investigação contribui para o campo da teoria linguística ao aplicar e testar o modelo de valência nominal em uma língua da família Tupi-Guarani (TG), além de colaborar para a documentação e manutenção da língua Guajá. Os resultados poderão subsidiar a elaboração de materiais didáticos e apoiar projetos de educação bilíngue desenvolvidos nas comunidades Awa Guajá.

Compreende-se a língua como expressão fundamental da visão de mundo de um povo; estudá-la constitui, portanto, uma forma privilegiada de conhecer esse grupo, compreender sua percepção da realidade e contribuir para a valorização e preservação de sua cultura.

Uma versão preliminar e mais concisa do tema explorado nesta dissertação é parte integrante do livro “Americanistas no Cerrado: estudos sobre línguas indígenas”, publicado em 2026 (Coelho; Magalhães, 2026).

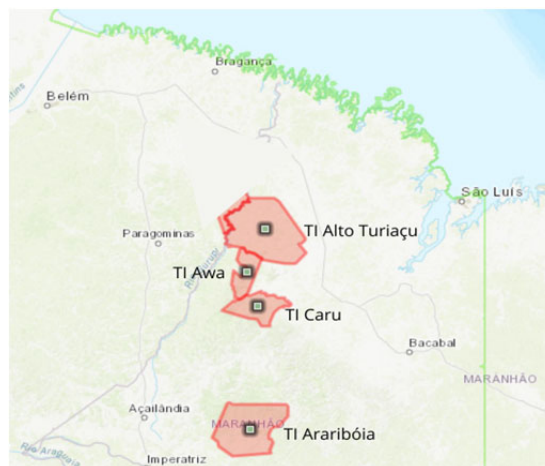
2 O POVO AWA GUAJÁ E SUA LÍNGUA

Os Awa Guajá são um povo indígena do Brasil, de recente contato¹ e, conforme dados da Associação Indígena Arari (2024), contam atualmente com cerca de 650 pessoas, que vivem em aldeias situadas nas Terras Indígenas (TIs) Awá, Caru, Alto Turiaçu e Arariboia, na região noroeste do estado do Maranhão. Desse total, estima-se que cerca de 60 indivíduos vivam em isolamento voluntário na floresta, de acordo com dados da FUNAI.

Conforme informações do ISA (2021), a distribuição territorial, listada em ordem alfabética, é a seguinte:

- Terra Indígena Awá: área habitada por Awa Guajá contatados e pelos Isolados de Mão de onça.
- Terra Indígena Caru: área habitada por Awa Guajá, Guajajara e pelos Awa Guajá isolados dos igarapés Presídio e Juruti.
- Terra Indígena Alto Turiaçu: área habitada por Awa Guajá, Ka'apor e Tembê.
- Terra Indígena Arariboia: área habitada por Awa Guajá isolados e Guajajara.

Figura 1 – Terras Indígenas Awa Guajá



Fonte: elaborado pela autora, a partir de dados extraídos do site *Terras Indígenas no Brasil – ISA*, maio de 2021.

¹ Segundo a Funai, “povos ou grupos indígenas “de recente contato” são aqueles que mantêm relações de contato permanente e/ou intermitente com segmentos da sociedade nacional e que, independentemente do tempo de contato, apresentam singularidades em sua relação com a sociedade nacional e seletividade (autonomia) na incorporação de bens e serviços. São, portanto, grupos que mantêm fortalecidas suas formas de organização social e suas dinâmicas coletivas próprias, e que definem sua relação com o Estado e a sociedade nacional com alto grau de autonomia” (Funai, 2024).

Desde os primeiros contatos, o modo de vida, a cultura e a língua do povo Awa Guajá despertaram o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, motivados pelo desejo de conhecer e contribuir para a preservação cultural desse povo. No campo da linguística, os primeiros estudos são de Cunha (1987) e, posteriormente, os de Magalhães (2007), Nascimento (2008), Magalhães e Mattos (2014), Berto (2017), Praça, Magalhães e Cruz (2017), Magalhães, Praça e Cruz (2019), Magalhães e Garcia (2021, 2023) entre outros.

A identificação do povo ocorre por meio de diferentes termos, cujo uso varia conforme o contexto sociopolítico. Segundo Garcia e Magalhães (2021), “Guajá” era o termo empregado por outros povos até a década de 1990. Internamente, o grupo se autodenomina “Awá”, termo que significa ‘gente’ ou ‘humano’ e que também ocorre com sentido semelhante em outras línguas indígenas, como Ka’apor, Parakanã do Pará e Asuriní do rio Xingu. Mais recentemente, em razão das lutas por reconhecimento territorial e direitos indígenas, a forma “Awa Guajá” passou a ser utilizada, pelo próprio povo, em contextos externos e registros oficiais. Permanecem em circulação as formas “Guajá”, “Awá” (conforme a Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, de 1954) e *awa* (grafia conforme a ortografia da língua). Nesta dissertação, adota-se “Awa Guajá”, em respeito à preferência manifestada pelo povo em contextos externos.

Quanto ao modo de vida, os Awa Guajá organizam-se em pequenos núcleos familiares, sem liderança centralizada, mas com lideranças próprias em cada núcleo – estrutura que persiste no período pós-contato. Tradicionalmente caçadores e coletores, mantêm relação de profunda interdependência com a floresta, essencial à sua subsistência. Essa relação simbiótica os constitui como agentes fundamentais para a conservação da floresta, que, por sua vez, é essencial para a continuidade do povo.

No que diz respeito à língua, a maioria do povo é monolíngue em Guajá. Conforme Rodrigues (2011), o Guajá foi classificado no subconjunto VIII do tronco Tupi-Guarani, integrando a mesma família linguística de línguas como Takunyapé, Ka’apor, Waiãmpi (Oyampi), Wayampipukú, Emérillon, Amanayé, Anambé, Turiwára. Propostas posteriores apresentam reconfigurações classificatórias, como as de Mello (2002, p. 341), em que o Guajá figura no subgrupo VII, junto com Araweté, Aurê, Aurá e Amanayé; Dietrich (2010), baseada em critérios morfossintáticos, segundo a qual o Guajá integra o mesmo subgrupo das línguas Parakanã, Suruí, Tembê, Guajajara, Awá-Canoeiro, Anambé, Amanayé, Araweté, Xingu Asuriní, Kayabí, Apiaká, Amondawa, Kawahib/Uru-eu-wau-wau e Ka’apor; e Michael *et al.*

(2015), que situam o Guajá com base em critérios históricos e morfossintáticos, como pertencente ao subgrupo denominado Tupi-Guarani Nuclear, juntamente com as línguas Avá-Canoeiro e Ka'apor; e também as de Ferraz Gerardi e Reichert (2021) e Ferraz Gerardi *et al.* (2023), que fornecem outras classificações, em que o Guajá aparece no mesmo ramo do Guajajara/Tembé.

Quanto à vitalidade, o Guajá é considerado uma língua estável, sem indícios de enfraquecimento, pois é falado fluentemente por todo o povo. A língua apresenta, contudo, variações decorrentes do contato com outros povos que coabitam as mesmas TIs, manifestando-se em aspectos fonêmicos e lexicais, incluindo empréstimos do Ka'apor e influências estruturais, além de compartilhamento de vocabulário resultante do convívio com os Guajajara (Garcia; Magalhães, 2021).

O bilinguismo Guajá-português cresce, sobretudo entre homens mais jovens, que frequentemente atuam como intérpretes em interações com falantes do português, embora também se observe a emergência de mulheres líderes bilíngues na aldeia Cocal, que desempenham igualmente esse papel de mediação linguística.

Contudo, transformações discursivas têm ocorrido na língua, motivadas por fatores culturais e sociopolíticos, como a recente apropriação de elementos culturais trazidos pelo convívio com não indígenas e os desafios impostos pela exploração de recursos naturais e pelas disputas fundiárias. Essas mudanças são refletidas na língua pela associação opcional de marcas de pessoa a nomes novos trazidos para o léxico comum da língua como resultado do contato ou a nomes em que essa marca de relação não era tão comum, evidenciando também uma nova perspectiva sobre a relação das pessoas com bens materiais. Também refletem essas mudanças a intensificação do uso de pronomes de primeira pessoa do plural exclusiva em nomes que antes não ocorriam comumente a eles associados. Esses casos ocorrem principalmente em discursos que debatem questões político-fundiárias. (Magalhães, 2007, p. 156; Magalhães e Garcia, 2023, p. 271).

Assim, raízes nominais como *ka'a* 'floresta', *ko* 'roça', *kawa* 'vasilha' ou *selula* 'telefone celular' variam no discurso, ora ocorrendo associados aos seus respectivos "possuidores", ora ocorrendo como nomes não relacionados a outro. Ilustramos esse fenômeno inicialmente com o nome *ka'a* 'floresta'.

Segundo a Magalhães (2007, p. 156), nomes que se referem a elementos da natureza, como *ka'a* ‘floresta’ não eram concebidos como passíveis de ocorrer numa relação de determinação, confirmando um traço característico da maioria das línguas Tupi em que nomes como rios, animais e outros, tradicionalmente ocorrem sem marcas de pessoa. Esse é também um aspecto central da cosmovisão Awa Guajá: a percepção da natureza como bem universal (inapropriável). Essa concepção se reflete na organização linguística, na qual a marcação de relação comumente não ocorre na referência de entidades naturais (Magalhães, 2007, p. 156). Exemplo disso observa-se em construções como (1), nas quais *ka'a* ‘floresta’ figura como espaço de origem, e não como entidade relacionada a um participante.

- (1) *jaha a-ju ka'a r-ia*
 eu 1SG.A-vir floresta LK-ABL
 ‘Eu vim da floresta’ (Magalhães, 2007, p. 168).

No entanto, tem sido comum no contexto atual de luta política pelo território encontrar nomes como *ka'a* ‘floresta’, em (2), associados a marcas de pessoa – especialmente à de primeira pessoa do plural exclusiva –, evidenciando, motivada pragmaticamente, a reanálise semântica do termo como podendo ser associado a um referente e, mais particularmente ainda, associado a uma marca de pessoa que identifica, de maneira exclusiva, o povo Awa Guajá:

- (2) *n=ani-maparã-j are=Ø-ka'a jaky-ha-Ø area*
 NEG=13A-gostar-NEG 13NA=LK-floresta mexer-NZR-RFR nós
anyĩ
 CONJ

‘Nós também não gostamos que mexam na nossa floresta’ (Magalhães, 2007, p. 168).

Adicionalmente, Magalhães e Garcia (2023), citam, por exemplo, que os Awa Guajá usam tradicionalmente o termo *harakwaha* ‘meu lugar de estar’ (meu território) para se referirem aos territórios de caça específicos de cada grupo familiar, e que mais recentemente passaram a utilizar com maior frequência *arerakwaha* ‘nosso território’, com marca de primeira pessoa do plural exclusiva, enfatizando a importância de um discurso político que represente melhor um senso de coletividade.

Trata-se, portanto, não da emergência de uma nova estrutura gramatical, mas da ampliação de seu emprego discursivo. A intensificação da marcação da relação entre um nome inapropriável e uma marca de pessoa confere centralidade ao senso de pertencimento – noções que se tornam mais salientes no contexto contemporâneo de novas concepções materiais e afirmação identitária e de luta por direitos territoriais.

A expansão do uso de marcas de pessoa nesses contextos não indica alteração estrutural do sistema linguístico, mas reconfiguração pragmático-discursiva de recursos já disponíveis na língua. Ainda assim, tal intensificação tem implicações relevantes para a organização argumental do domínio nominal, uma vez que amplia a frequência e os contextos de indexação de participantes em construções nominais.

Essa observação é particularmente significativa para a presente pesquisa, pois permite situar a análise da valência nominal não apenas no plano estrutural, mas também na interface entre gramática e prática discursiva.

Essa discussão sobre a extensão de marcadores de uso pessoais será retomada e aprofundada no capítulo 4.

Em termos tipológicos, o Guajá apresenta traços de omnipredicatividade (Launey, 2004), característica associada às línguas TG, segundo Magalhães, Praça e Cruz (2019), embora as análises dessas autoras indiquem que o Guajá esteja perdendo algumas dessas características. Os verbos, por exemplo, só funcionam como argumento se nominalizados por afixo nominalizador, indicando uma distinção funcional entre nomes e verbos, e uma perda mais avançada da omnipredicatividade.²

Entre as principais características omnipredicativas, o Guajá conserva as seguintes:

- a) capacidade de verbos, nomes e expressões adverbiais funcionarem como predicados primários, sem cópula, como em (3), (4) e (5). As expressões adverbiais (Magalhães, 2007) constituem um conjunto de Sintagmas Adverbiais (SAdv) formados por advérbios simples, nomes associados ao sufixo locativo *-pe* e Sintagmas Posposicionais (SPosp), os quais detalharemos e exemplificaremos na subseção 4.3;

² Para saber mais sobre a omnipredicatividade na língua Guajá, ver Magalhães, Praça e Cruz (2019).

- (3) <[*a-kere*]_{SV}> verbo com função de predicado
 1A-dormir
 ‘Eu dormi’ (Magalhães; Mattos, 2014)
- (4) <[*ha=r-a'y*]_{SN}> nome com função de predicado
 1NA=LK-filho
 ‘Eu tenho filho’ (Magalhães; Mattos, 2014).
- (5) [*tapi'ir*]-a_{SN} <[*ka'a-pe*]_{SAdv}> expressão adverbial com função de predicado
 anta-RFR mata-LOC
 ‘A anta está na mata’ (Magalhães; Praça; Cruz, 2019).

b) argumento ocorre indexado ao núcleo do predicado, sendo os constituintes nominais expressos na oração considerados adjuntos, ou seja, as marcas de pessoa no núcleo dos predicados são a própria expressão morfossintática dos argumentos, como em (6), em que *ha=* 1NA é o argumento indexado ao núcleo do predicado e *jaha* ‘eu’ é o adjunto;

- (6) <[[*ha*]=*r-ahy*]_{SV}> ([*jaha*]_{SN})
 1NA=LK-estar.doente eu
 ‘Eu estou doente’ (Magalhães; Praça; Cruz, 2019).

c) expressão do argumento interno compartilhada por verbos, nomes e expressões adverbiais, como em (7), (8) e (9);

- (7) <[[*ha*]=*r-apaj*]_{SV}>
 1NA=LK-ter.sono
 ‘Eu estou com sono’ (Magalhães; Praça; Cruz, 2019).
- (8) <[[*ha*]=*r-a'y*]_{SN}>
 1NA=LK-filho
 ‘Eu tenho filho’ (Magalhães; Mattos, 2014).

(9) <[[*ni*]=*r-ake*]_{SPOSP}>

2_{NA}=LK-perto

‘Perto de você’ (Magalhães; Mattos, 2014).

d) ordem de constituintes flexível, motivada pragmaticamente, e constituintes descontínuos. Apesar da flexibilidade na ordem dos constituintes, a ordem menos marcada é SOV (sujeito-objeto-verbo), como em (10), sendo que a posição de V pode ser ocupada por qualquer predicador da língua Guajá.³

S	O	V
(10) ([<i>majhu</i>]- <i>a_{SN}</i>)	([<i>arapaha</i>]- <i>Ø_{SN}</i>)	<[<i>Ø-mukũ</i>] _{SV} >
jiboia-RFR	veado-RFR	3 _A -engolir

‘A jiboia engoliu o veado’ (Magalhães; Mattos, 2014).

De acordo com Mithun (1992), em línguas com ordem livre de constituintes, em que os argumentos são expressos por índices de pessoa no verbo em vez de sintagmas nominais (SN), é a pragmática, e não a sintaxe, que determina a ordem dos constituintes. Assim, os SNs são formalmente opcionais, funcionando como adjuntos, mas podem ser expressos em operações de topicalização e focalização, ditadas pelas necessidades pragmáticas (Mithun, 1992, p. 59), como em (11) e (12);

S	O	V		
(11) ([<i>ka'i</i>]- <i>a_{SN}</i>)	([<i>inajã</i>]- <i>Ø_{SN}</i>)	<[<i>u-'u</i>	<i>ika</i>] _{SV} >	([<i>wate</i>] _{SAdv})
macaco-RFR	inajá-RFR	3 _A -come	PROGR	no.alto

‘O macaco estava comendo inajá no topo (da árvore)’ (Magalhães: notas de campo não publicadas).

O	S	V			
(12) ([<i>inajã</i>]- <i>Ø_{SN}</i>)	([<i>ka'i</i>]- <i>a_{SN}</i>)	<[<i>u-'u</i>	<i>py</i>	<i>ika</i>] _{SV} >	(<i>i-pe</i>)
inajá-RFR	macaco-RFR	3 _A -comer	antes	PROGR	3 _{NA} -BEN

‘Antes, o macaco estava comendo inajá em benefício próprio’ (Magalhães: notas de campo não publicadas).

³ No capítulo 4, estão ilustrados os demais tipos de predicados não verbais.

Os constituintes “descontínuos” são elementos que não têm relação sintagmática direta em Guajá, podem ocorrer de forma distante, intercalados por outras palavras, embora em outras línguas comumente façam parte de um mesmo constituinte sintagmático. Podemos observar isso nos exemplos (13), (14) e (15).

- (13) <[o-ho]_{SV}> [[wyty]_{SN} r-ehe]_{SPosp} [ʔ-pe]_{SAdv} [amō]-a_{SN} [ʔ]-a_{SN}
 3A-ir montanha LK-sobre rio-LOC outro-RFR rio-RFR
 ‘(Ele) atravessou a montanha até o rio, outro rio’ (Magalhães: notas de campo não publicadas).

- (14) <[a-japi]_{SV}> [xahu]-a_{SN} [amō]-a_{SN}
 1SG.A-atirar queixada-RFR outra-RFR
 ‘Eu atirei em outro queixada’ (Magalhães: notas de campo não publicadas).

- (15) ([Tatuxa’a]-Ø_{SN}) ([xahu]-a_{SN}) <[Ø-ika]_{SV}> [amō]-a_{SN}
 Tatuxa’a-RFR queixada-RFR 3A-matar outra-RFR
 ‘Tatuxa’a matou outro queixada’ (Magalhães: notas de campo não publicadas).

Quanto ao alinhamento, segundo Magalhães (2007), o Guajá apresenta padrão nominativo-acusativo, com intransitividade cindida na classe verbal (cisão ativo-estativa que caracteriza a classe dos verbos monovalentes) e hierarquia referencial (1 = 2 > 3), que regula a indexação argumental no núcleo dos predicados. Entre dois participantes de terceira pessoa, o argumento sujeito/agente é expresso no núcleo verbal prioritariamente em relação ao argumento objeto/paciente (Magalhães, 2007), como em (15), acima. Esse processo será detalhado no capítulo 4 (subseção 4.1.2).

Desse modo, este capítulo delineou o contexto sociocultural e tipológico do povo Awa Guajá e de sua língua, destacando fenômenos que articulam gramática e prática discursiva. A intensificação do uso de marcas possessivas em contextos contemporâneos revela a reconfiguração pragmática de recursos estruturais já existentes, aspecto central para a análise da valência nominal que será desenvolvida nos capítulos seguintes.

3 A NOÇÃO DE VALÊNCIA

Em sua análise de 2007, Magalhães agrupou os nomes em Guajá em categorias com base na noção de dependência, isto é, nomes que ocorrem ou não marcados para pessoa, distinguindo entre nomes com determinante obrigatório, nomes com determinante facultativo e nomes sem determinante (Magalhães, 2007, p. 149). Um exemplo da primeira categoria é o nome *kwarahy* ‘sol’ (16), que, segundo Magalhães (2007), nunca é associado a uma marca de pessoa, sendo, portanto, classificado como nome sem determinante:

- (16) *o-ho* *kwarahy-a* *mĩ-pe*
 3A-ir sol-RFR longe-LOC
 ‘O sol foi para longe (lit. o sol se pôs)’ (Magalhães, dados inéditos).

O nome *ka’a* ‘floresta’ ilustra a categoria dos nomes com determinante facultativo. Esse grupo abrange nomes que podem tanto receber um marcador de pessoa (17a) quanto ocorrer sem ele (17b). *Kawa* ‘vasilha’ (18a e b), *kanẽ* ‘lanterna’ (19a e b), *kaha* ‘rede’ (20a e b) e *ko* ‘roça’ (21a e b) são outros exemplos dessa classe.

- (17a) *n=ani-maparã-j* *are=Ø-ka’a* *jaky-ha-Ø* *area*
 NEG=13A-gostar-NEG 13NA=LK-floresta mexer-NZR-RFR nós
 anyẽ
 CONJ
 ‘Nós também não gostamos que mexam na nossa floresta’ (Magalhães, 2007, p. 168).

- (17b) *jaha* *a-ju* *ka’a* *r-ia*
 eu 1A-vir floresta LK-ABL
 ‘Eu vim da floresta’ (Magalhães, 2007, p. 168).

- (18a) *a-ru* *ha=Ø-kawa-Ø*
 2A.IMP-trazer 1NA=LK-vasilha-RFR
 ‘Traga minha vasilha!’ (Magalhães, 2007).

- (18b) *kawa* *Ø-hyhyk-aha-Ø*
 vasilha LK-esfregar-NZR-RFR
 ‘Instrumento de secar vasilha’ (lit. ‘esfregador de vasilha’) (Magalhães, 2007).

- (19a) *n=a-xak-í* *i-kanẽ-a*
 NEG=1A-ver-NEG LK-lanterna-RFR
 ‘Não vi a lanterna dele’ (Magalhães, 2007).

- (19b) *Ø-ru* *xi* *Ø-xu'u-a-er-a* *pyha*
 3A-trazer IMPERF LK-morder-NZR-RETR-RFR de.noite
kanẽ *n-awa-ha-pe*
 lanterna LK-iluminar-NZR-LOC
 ‘(Ele) vinha com a mordida à noite, pela luz da lanterna’ (Magalhães, 2007).

- (20a) *jaha* *a-wa'a* *ha=Ø-kaha-pe* *jaximõ=ma*
 eu 1A-cair 1NA=LK-rede-LOC balançar=GER
 ‘Eu deitei na minha rede para balançar’ (Magalhães, 2007).

- (20b) *awa-wahy-ury-hu-a* *kaha* *ni=Ø-japo-kwa-j*
 Guajá-mulher-novo-INTS-RFR rede NEG=3A-fazer-saber-NEG
 ‘A mulher Guajá muito nova não sabe fazer rede’ (Magalhães, 2007).

- (21a) *h-awa* *ko-a* *anỹ*
 3A-pegar.fogo roça-RFR CONJ
 ‘E a roça pegou fogo’ (Magalhães, 2007).

- (21b) *a'e* *ha=Ø-ko-a*
 DEIT 1NA=LK-roça
 ‘Essa é a minha roça’ (Magalhães, dados inéditos).

Por sua vez, o conjunto de nomes com determinante obrigatório compreende aqueles que designam partes de um todo, termos de parentesco e objetos de uso particular (Magalhães, 2007). Raízes nominais como *o* ‘folha’ e *hi* ‘mãe’ são sempre associadas a um possuidor, seja este outro nome (22) ou um índice pessoal (23):

- (22) *ira* *r-o-a* *Ø-xinĩ* *wỹ*
 árvore LK-folha-RFR 3NA-secar PLU
 ‘As folhas da árvore secaram’ (Magalhães, 2007, p. 89).

- (23) *i-hi-a* *h-ake*
 3NA-mãe-RFR 3NA-perto
 ‘A mãe dela está próxima’ (Magalhães, 2007, p. 61).

Embora amplamente difundida, a nomenclatura utilizada por Magalhães (2007) para a subclassificação dos nomes do Guajá apresenta limitações quando considerada isoladamente, uma vez que se apoia predominantemente em critérios morfológicos.

Já a distinção alienável/inalienável proposta por Nichols (1988)⁴, embora muito difundida, não captura plenamente, no caso da análise do Guajá, o comportamento morfossintático dos nomes, pois dificulta o estabelecimento de correlações sistemáticas entre a classe nominal e a classe dos verbos. Também o conjunto das denominadas “expressões adverbiais” (Magalhães 2007) apresenta características sintáticas comparáveis às dessas classes, especialmente porque em todos esses casos evidencia-se um comportamento primário como predicado. Além do mais, como observa Queixalós (2005, p. 186), neste tipo de análise, mesmo que o foco esteja no ponto de vista semântico, “o que está por trás não é uma questão de ‘posse’, seja qual for o significado que daremos a esse termo, e sim a natureza mais ou menos relacional dos elementos”.

Essa constatação motiva a adoção de uma perspectiva sintática para a análise das relações entre predicados nominais e seus argumentos. Se a produtividade discursiva pode ampliar ou reduzir contextos de realização argumental, é necessário distinguir tal variação do funcionamento estrutural da grade argumental projetada pelos nomes. Nesse sentido, uma alternativa teórica capaz de descrever de forma mais homogênea essas relações – inclusive em comparação com verbos e expressões adverbiais – é a noção de valência, conceito central que orienta a presente investigação.

⁴ Além de Nichols (1988, p. 582), a questão da diferença entre a distinção semântica de (in)alienabilidade e os respectivos fenômenos na morfossintaxe é discutida por Chappell; McGregor (1996, p. 5–6), Vergnaud; Zubizarreta (1992, p. 596), Salanova; Nikulin (2025, p. 56).

A proposta de estudar a subclassificação dos nomes do Guajá a partir do conceito de valência já havia sido expressa, ainda que de maneira superficial, em Magalhães e Mattos (2014):

Os nomes, assim como os verbos, também admitem argumentos. A existência de argumentos pressupõe estrutura argumental no núcleo e, portanto, valência. Dessa maneira, a classe dos nomes também pode ser subdividida em monovalente e divalente, conforme o número de argumentos que admitem (Magalhães; Mattos, 2014, p. 261).

Magalhães e Alves (2021) reafirmam essa interpretação:

Os nomes e as expressões adverbiais, assim como os verbos, também podem selecionar argumentos, já que possuem uma estrutura argumental com relação a um núcleo. Assim, tanto os nomes quanto as expressões adverbiais do Guajá podem ser divalentes ou monovalentes, de acordo com o número de argumentos que admitem quando na função de predicado (Magalhães; Alves, 2021, p. 7).

No entanto, nenhum dos trabalhos anteriores aprofundou minuciosamente a referida estrutura de maneira a apresentar uma discussão pormenorizada sobre o tema, como aqui faremos.

A teoria da valência foi desenvolvida inicialmente pelo linguista francês Lucien Tesnière (1959) que tomou emprestado da química a metáfora. Essa metáfora, emprestada de Charles Peirce (1897) compara verbos a moléculas, isto é, assim como um átomo de oxigênio O atrai dois átomos de hidrogênio H para criar uma molécula de H_2O , os verbos atraem o que ele denomina de “actantes” para criar orações. Os verbos, portanto, têm valência. Tesnière distinguiu entre verbos que são avalentes (sem actante), monovalentes (um actante), divalentes (dois actantes) e trivalentes (três actantes). O verbo seria, então, “uma espécie de átomo com ganchos capaz de exercer sua atração sobre um número maior ou menor de actantes, conforme possua um número maior ou menor de ganchos para mantê-los em sua dependência” (Tesnière, 1959, p.238). Em sua terminologia de valência, o sujeito é referido como primeiro actante, o objeto direto como segundo actante e o objeto indireto como terceiro actante.

Apesar de originalmente o conceito de valência ter sido utilizado para se referir a estruturas com núcleo verbal, o uso do termo para descrever relações entre nomes e seus argumentos não é novo. Isso porque essa nomenclatura diz respeito às relações de

(inter)dependência que as palavras estabelecem dentro de um contexto linguístico morfossintático. Não se limita a uma rotulação funcional, mas expressa a organização estrutural da predicação: cada predicator, seja ele verbal ou não, projeta uma grade argumental, isto é, um conjunto de posições sintaticamente previstas que podem ou devem ser preenchidas para que a estrutura seja considerada saturada.

A valência, portanto, diz respeito ao número de posições argumentais que um núcleo predicator abre em sua estrutura morfossintática e às relações de dependência que se estabelecem entre esse núcleo e seus argumentos. Dizer que um verbo é avalente, monovalente, divalente ou trivalente significa descrever a configuração de sua grade argumental e o grau de saturação exigido pela predicação. Importa destacar que a valência constitui propriedade estrutural do núcleo predicativo, independentemente da frequência ou do contexto discursivo em que suas posições argumentais sejam efetivamente realizadas. Assim, variações pragmáticas na realização de argumentos não alteram, por si sós, a arquitetura da grade projetada pelo predicator.

Desse modo, a classificação valencial não se fundamenta primariamente em critérios semânticos, mas na arquitetura sintática do predicator e na necessidade estrutural de saturação de sua grade argumental. A noção de valência permite, assim, descrever de maneira formal a presença ou ausência de argumentos e compreender a predicação como uma configuração estrutural de dependências.

Conforme Queixalós (2005), essa extensão da noção de valência original dos verbos para a classe dos nomes fundamenta-se na concepção de que os nomes, assim como os verbos, são predicados por natureza e ingressam no léxico já dotados de uma grade valencial. Isso significa que determinados nomes projetam posições argumentais que precisam ser saturadas para que o predicado nominal alcance interpretação completa.

Tal perspectiva é particularmente pertinente para o Guajá, que além de ter nomes funcionando como núcleo de predicados, utiliza, como veremos mais adiante, inclusive o mesmo paradigma pessoal que os verbos para indicar os argumentos associados a esse núcleo.

Para a outra vertente apontada por Queixalós (2005, p. 178), “os nomes, além de serem elementos que precisam ser saturados, não têm vocação para desempenhar funções outras senão predicativas. Sua ocorrência nessas outras funções é derivada da sua função primária, predicativa”. Nessa perspectiva, a predicação não é propriedade exclusiva dos

verbos: ela constitui a função primária das palavras lexicais. A diferença entre classes reside, antes, no modo como cada núcleo organiza sua grade argumental e nos mecanismos morfossintáticos disponíveis para a realização e a saturação dessas posições.

Importa, aqui, destacar que o argumento é o constituinte formalmente exigido pelo predicado (verbo, nome, posposição, a depender da língua), ou seja, é o participante oracional que se relaciona estruturalmente com o núcleo predicativo. Em termos formais, trata-se do elemento que ocupa uma posição prevista na grade argumental projetada pelo predicado e que, ao ser realizado, contribui para a saturação dessa estrutura.

Argumentos podem ser classificados como internos ou externos. O argumento externo é aquele que ocupa a posição hierarquicamente superior na grade argumental e que se relaciona ao predicado como seu primeiro actante. O argumento interno é aquele que integra o domínio do predicado saturando a posição interna projetada pelo verbo.

Assim, a distinção entre argumento externo e argumento interno não diz respeito apenas à ordem linear dos constituintes, mas à organização estrutural da grade argumental e às relações de dependência estabelecidas no contexto morfossintático.

Mais especificamente, em línguas de tipologia omnipredicativa, estudos recentes sobre valência nominal evidenciam a relevância desse conceito para a descrição da classe dos nomes. Trabalhos como os de Kinkade (1983), Launey (2004), Queixalós (2005, 2016) e Vapnarsky (2013) demonstram que, em diferentes famílias linguísticas, nomes compartilham com verbos propriedades morfossintáticas típicas de núcleos predicativos, inclusive a capacidade de selecionar e indexar argumentos.

A produtividade dessa extensão teórica pode ser observada em línguas de tipologia omnipredicativa. Kinkade (1983) demonstra que, em línguas Salish, como Bella Coola (Be), Kalispel (Ka) e Columbian (Cm), nomes podem funcionar como núcleos predicativos, comportando-se morfossintaticamente como verbos.

No exemplo (24), da língua Bella Coola (Be), observa-se um predicado verbal divalente, *xłsx* ‘não.gostar’, em que o núcleo seleciona dois argumentos, ambos indexados morfologicamente, *-c* 1SG e *-s* 3:

- (24) (Be) *xłsx-c-s*
 não.gostar-1SG-3
 ‘Ele não gosta de mim’ (Kinkade, 1983, p. 28, tradução livre).

Nesse caso, o núcleo predicativo realiza dois índices pessoais correspondentes ao argumento externo e ao argumento interno, configurando uma estrutura divalente.

Já no exemplo (25), da língua Kalispel (Ka), observa-se um nome, *p’oxút* ‘pai’, em função predicativa divalente:

- (25) (Ka) *k^w* *in-p’oxút*
 você.SG 1SG-pai
 ‘Você é meu pai’ (Kinkade, 1983, p. 28, tradução livre).

Aqui, o nome *p’oxút* ‘pai’ projeta duas posições argumentais: uma, *in-* 1SG, correspondente ao possuidor (indexado no núcleo nominal) e outra ao argumento externo, realizado pelo pronome independente *k^w* ‘você’. Trata-se, portanto, de um predicado nominal divalente, cuja grade argumental é saturada por dois participantes.

O exemplo (26), da língua Columbian (Cm), ilustra um predicado monovalente:

- (26) (Cm) *l-c-kic-x*
 de.volta-CISLOC-chegar-3
 ‘Ele voltou para casa’ (Kinkade, 1983, p. 28, tradução livre).

Nesse caso, o núcleo predicativo, *kic*, seleciona apenas um argumento, a marca de pessoa, -x 3, configurando valência um.

Os exemplos (27), (28) (29) e (30), todos da língua Kalispel (Ka), demonstram variações na saturação da grade nominal:

- (27) (Ka) *an-p’oxút*
 2SG-pai
 ‘Ele é seu pai’ (Kinkade, 1983, p. 28, tradução livre).

- (28) *p'oxút-s*
pai-3
'Ele é o pai dele' (Kinkade, 1983, p. 28, tradução livre).
- (29) *k^w in-p'oxút*
você 1SG-pai
Você é meu pai (Kinkade, 1983, p. 28, tradução livre).
- (30) *p'oxút*
pai
'Ele é um pai' (Vogt 1940) (Kinkade, 1983, p. 28, tradução livre).

Nos exemplos acima, o nome *p'oxút* 'pai' ocorre com índice pessoal, *an-* 2.SG, em (27), e *-s* 3, em (28), realizando ao menos uma posição argumental prevista na grade. Em (29), *in-* 1SG é o argumento interno e *k^w* 'você' é o argumento externo, ambos saturando a grade argumental. Já em (30), observa-se a forma lexical isolada, *p'oxút* 'pai' sem saturação argumental. Segundo Kinkade (1983), dadas as formas (27)-(29) a tradução mais precisa para *p'oxút* em (30) é 'Ele é um pai'.⁵

Desse modo, o conjunto dos exemplos (24)-(30) evidencia que, nas línguas Salish examinadas, a distinção entre valência um e valência dois não se restringe à classe verbal, mas constitui uma propriedade estrutural mais ampla, relacionada à capacidade do núcleo – verbal ou nominal – de projetar e ter sua grade argumental saturada no domínio morfossintático.

Ágel e Fischer (2012) argumentam que, embora a valência se fundamente em estruturas argumento–predicado – fenômeno de natureza semântico-pragmática – ela não se confunde com essas estruturas. A valência corresponde a um conjunto sistemático de relações formais e semânticas que definem o complemento prototípico de um núcleo (Ágel; Fischer, 2012, p. 239-240). Bach (1968, p. 90-122 *apud* Queixalós, 2005, p. 178) acrescenta que, mesmo em inglês, predicados com núcleos nominais apresentam comportamento estrutural análogo ao dos predicados verbais em nível profundo (conceito gerativista), evidenciando que a seleção argumental não é prerrogativa exclusiva dos verbos.

⁵ No original (Kinkade, 1983): "Given the forms in (8b~8d), an alternative gloss presents itself for (8a), 'he is a father', and that is indeed an alternative (and more accurate) translation for *p'oxút*" (Kinkade 1983, p.28).

Launey (2004) e Queixalós (2005) fazem uso do conceito de valência nominal para descrever predicados nominais associados a marcas pronominais em Nahuatl Clássico e Katukina, respectivamente, classificando-os como divalentes quando coindexam dois argumentos por meio de marcas pessoais. Segundo Launey (2004), em Nahuatl, verbos e nomes – bem como advérbios e topônimos – compartilham as mesmas propriedades predicativas, evidenciando que a projeção de uma grade argumental não é exclusiva da classe verbal.

Isso pode ser observado nos exemplos (31a e b) e (32a e b). Nos exemplos (31a e b), do Nahuatl Clássico (Nh), o verbo *nōca* ‘chamar’ apresenta comportamento divalente, coindexando dois argumentos por meio de marcas pessoais:

(31a) (Nh) *ni-k-nōca*
 1SG-3SG-chamar
 ‘Eu o chamo’ (Launey, 2004, tradução livre).

(31b) *ti-k-nōca*
 2SG-3SG-chamar
 ‘Você o chama’ (Launey, 2004, tradução livre).

Já nos exemplos (32a e b), também do Nahuatl, o nome *ikniw* ‘amigo’ apresenta o mesmo padrão morfossintático, funcionando como núcleo predicativo divalente e coindexando dois argumentos:

(32a) (Nh) *n-ī-ikniw*
 1SG-3SG-amigo
 ‘Eu sou amigo dele’ (Launey, 2004, tradução livre).

(32b) *t-ī-ikniw*
 2SG-3SG-amigo
 ‘Você é amigo dele’ (Launey, 2004, tradução livre).

A comparação entre (31a e b) e (32a e b) evidencia que, em Nahuatl, a distinção entre verbo e nome não impede que ambos projetem uma grade argumental divalente, saturada por meio de marcas pessoais afixadas ao núcleo.

No caso do Katukina, Queixalós (2005) afirma que “todo nome pode ser o núcleo de um predicado nessa língua, sem precisar de nenhum elemento verbal comparável a uma cópula”. Essa propriedade aproxima o Katukina do Guajá, que também dispensa cópula em predicções nominais.

O exemplo (33), do Katukina (Kt), ilustra um nome monovalente, *poako* ‘remo’, em função predicativa:

- (33) (Kt) *poako itowun*
 remo isso
 ‘Isso é (um) remo’ (Queixalós, 2005).

Em (33), *poako* ‘remo’ projeta uma grade monovalente, cuja saturação se dá por meio do argumento externo *itowun* ‘isso’.

De modo paralelo, no Guajá (Gj), o exemplo (34) apresenta comportamento semelhante:

- (34) (Gj) [*Jamakwarer*]-a_{SN} <[*kwaxi*]-a_{SN}>
 Jamakware-RFR quati-RFR
 ‘Jamakwarera é um quati’ (porque tem muitos filhos) (Magalhães, 2014).

Em (34), *kwaxi* ‘quati’ atua como núcleo predicativo monovalente, sendo sua grade argumental saturada pelo argumento externo [*Jamakwarer*]-a.

Já o exemplo (35), do Katukina, *obatyawa* ‘esposa’ é um nome divalente em função predicativa:

- (35) (Kt) *a-obatyawa Wahio*
 ele-esposa Wahio
 “Wahio é (a) esposa dele” (Queixalós, 2005).

Em (35), *obatyawa* ‘esposa’ projeta uma grade divalente: um argumento interno, indexado pelo prefixo *a-*, e um argumento externo expresso pelo sintagma *Wahio*. A saturação completa da grade exige a presença desses dois participantes. Nomes que lexicalmente apresentam relação intrínseca (ou inerente) estendida para além da simples existência do próprio ente são obrigatoriamente relacionados minimamente a dois argumentos (nomes ou pronomes).

Situação análoga é observada no Guajá, no exemplo (36), em que *men* ‘marido’ também projeta uma grade divalente, cuja saturação envolve um argumento interno, indexado pelo prefixo *i-*, e um argumento externo expresso por [*Jamakwarer*]-*a*.

- (36) (Gj) ([*Jamakwarer*]-*a*_{SN}) <[[*i*]-*men*]-*a*_{SN}>
 Jamakwarera-RFR 3_{NA}-marido-RFR
 ‘Jamakwarera é o marido dela’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Queixalós (2005) observa ainda que, em Katukina, o argumento interno pode ser realizado não apenas por prefixo pronominal, mas também por um sintagma nominal pleno, como em (37):

- (37) (Kt) *Yowai* *na-a-obatyawa* *Wahio*
 Yowai CasoProcl-ele-esposa Wahio
 “Wahio é (a) esposa do Yowai” (Queixalós, 2005).

De modo correspondente, no Guajá, o argumento interno indexado pode igualmente ser realizado por um sintagma nominal, como em (38):

- (38) (Gj) [*Wa'amaxĩ*]-*a*_{SN} <[[*Xiparëxa'a*]_{SN} *r-imiriko*]-*a*_{SN}>
 Wa'amaxĩ-RFR Xiparëxa'a LK-esposa-RFR
 ‘Wa'amaxĩ é a esposa de Xiparëxa'a’ (Magalhães; Mattos, 2014, p. 262).

Os contrastes entre (33)-(38) mostram que tanto em Katukina quanto em Guajá a distinção entre nomes monovalentes e divalentes pode ser descrita em termos de projeção e saturação da grade argumental, reforçando a aplicabilidade do conceito de valência à classe nominal.

Por sua vez, Vapnarsky (2013), ao descrever o Maya Yucateco (MY), evidencia características omnipredicativas (cf. Launey, 2004), tais como a primazia predicativa da maioria das palavras lexicais e a concentração da informação no núcleo do predicado. Segundo a autora, nomes divalentes em função predicativa recebem dois índices argumentais afixados ao núcleo, como nos exemplos (39)-(41):

- (39) (MY) *àanim* *in-sèenyor-il-Ø*
 falecido A1-avô-NOM-B3
 ‘Era meu falecido avô’ (Vapnarsky, 2013, p. 58, tradução livre).
- (40) *a-suku'un-en*
 A2-irmão.mais.velho-A1
 ‘Eu sou seu irmão mais velho’ (Vapnarsky, 2013, p. 65, tradução livre).
- (41) *uy-atan-ech*
 A3-esposa-B2SG
 ‘Você é a esposa dele’ (Vapnarsky, 2013, p. 68, tradução livre).

Em (39)-(41), observa-se novamente a projeção de uma grade divalente, saturada por dois índices pessoais afixados ao núcleo nominal.

Considerando o conjunto das análises e dos exemplos apresentados – Nahuatl (31a e b e 32a e b), Katukina (33, 35, 37), Guajá (34, 36, 38) e Maya Yucateco (39-41) – evidencia-se que a valência constitui instrumento descritivo produtivo para explicar o comportamento morfossintático de palavras que funcionam como predicado, inclusive nomes.

Neste capítulo, exploramos o conceito de valência, sua origem e sua ampliação para outras classes, não apenas a dos nomes, demonstrando que a projeção e a saturação da grade argumental constituem propriedades estruturais dos núcleos predicativos. A distinção entre organização argumental e produtividade discursiva, delineada a partir do caso Guajá, permite fundamentar teoricamente a análise desenvolvida no capítulo seguinte, no qual examinaremos a valência nominal à luz dos dados da língua.

4 CLASSES DE PALAVRAS COM FUNÇÃO PREDICATIVA EM GUAJÁ

O Guajá possui as seguintes classes de palavras: i) palavras lexicais: verbos, nomes e advérbios, ii) palavras gramaticais: pronomes, posposições e partículas (Magalhães; Alves, 2022). No entanto, nesta dissertação, interessa descrever aquelas que podem funcionar como núcleo de predicados – verbos e nomes, além das “expressões adverbiais” (um grupo de expressões de comportamento homogêneo que inclui a classe lexical dos advérbios, sintagmas posposicionais e nomes flexionados com sufixo locativo (Magalhães; Alves, 2022, p. 3) tomando a valência como parâmetro descritivo central.

Partimos da hipótese, fundamentada no capítulo anterior, de que a projeção e a saturação da grade argumental constituem propriedades estruturais compartilhadas por essas classes, ainda que com realizações morfossintáticas distintas. Importa destacar que eventuais variações na frequência ou nos contextos discursivos de uso não implicam, por si sós, alteração da valência lexical dos núcleos, mas dizem respeito às estratégias de saturação argumental mobilizadas na prática discursiva.

Essas classes são internamente subclassificadas com base em sua valência, isto é, na quantidade e no tipo de argumentos que projetam e nas estratégias de saturação argumental disponíveis na língua.

Outra classe existente em Guajá é a das partículas (Magalhães, 2019), que não será abordada por não integrar o domínio das estruturas predicativas aqui analisadas. As posposições serão tratadas no âmbito das expressões adverbiais (subseção 4.3), uma vez que podem ocorrer como núcleo de Sintagmas Posposicionais com função predicativa.

A descrição se limitará a predicados de orações independentes, pois a marcação de pessoa em orações dependentes apresenta configuração distinta e foge ao escopo desta análise.

Magalhães e Mattos (2014) indicam que, em Guajá, verbos, nomes e expressões adverbiais exercem a função primária de predicado, sem a necessidade de cópula ou outro recurso morfossintático. Isso é evidenciado nos exemplos (3), (4) e (5) da Introdução, renumerados abaixo como (42), (43) e (44):

- (42) <[[a]-**kere**]_{SV}> verbo com função de predicado
1A-dormir
'Eu dormi' (Magalhães; Mattos, 2014).
- (43) <[[ha]=**r-a'y**]_{SN}> nome com função de predicado
1NA=LK-filho
'Eu tenho filho' (Magalhães; Mattos, 2014).
- (44) [tapi'ir]-a_{SN} <[**ka'a-pe**]_{SAdv}> expressão adverbial com função de predicado
anta-RFR mata-LOC
'A anta está na mata.' (Magalhães; Praça; Cruz, 2019).

As relações gramaticais em Guajá são estabelecidas pela marcação do índice de pessoa nos núcleos verbais e nominais ou por meio de SNs associados ao núcleo para expressar os argumentos (Magalhães e Garcia, 2023). O núcleo sempre ocorre à direita, como se vê nos exemplos anteriores.

A Quadro 1, a seguir, apresenta as duas séries de marcadores pessoais em Guajá:

Quadro 1 – Marcadores pessoais

Série Ativa (A)		Série Não Ativa (NA)	
<i>a-</i>	1SG	<i>ha=</i>	1SG
<i>ari-</i>	2SG	<i>ni=</i>	2SG
<i>Ø- ~ V-</i>	3	<i>i- ~ h- ~ ha-</i> ⁶	3
<i>xi-</i>	1.INCL.	<i>jani=</i>	1.INCL.
<i>ari-</i>	1.EXCL.	<i>are=</i>	1.EXCL.
<i>pi-</i>	2PL	<i>pĩ=</i>	2PL

Fonte: elaborada pela autora.

Os marcadores da Série Ativa (A) são prefixos pessoais que expressam “agente” e argumento externo, conforme o exemplo (45). Já os da Série Não Ativa (NA) são pronomes clíticos que expressam o “paciente” de qualquer tipo de sintagma (verbal ou não verbal), funcionando como argumento interno de SVs divalentes (46), argumento único de verbos

⁶ Na Série Não Ativa, apenas o marcador de terceira pessoa é prefixal, sendo os demais clíticos.

estativos (47), argumento interno de nomes divalentes (48) e argumento interno de SPosp (49). A marca de terceira pessoa NA é um afixo que se liga diretamente ao núcleo do sintagma (47), enquanto os demais marcadores de pessoas da Série NA relacionam-se formalmente ao núcleo do predicado por meio do prefixo relacional (*'linker'* (LK), *r-* ~ *Ø-*), também conhecido como prefixo relacional de contiguidade (cf. Rodrigues, 2010, p. 11). A função desse prefixo é marcar a relação entre o núcleo de um sintagma e seu argumento interno, identificando-os como parte de um mesmo sintagma. É uma marca de adjacência sintagmática.

(45) <[*a-wyhy*]_{SV}>

1SG.A-correr

'Eu corri' (Magalhães; Mattos, 2014).

(46) <[[*ha*]=*Ø-pyhy*]_{SV}>

1NA=LK-pegar

'(Ele) me pegou' (Magalhães; Mattos, 2014).

(47) <[[*ha*]=*Ø-kira*]_{SV}>

3NA=LK-estar.gordo

'Ele está gordo' (Magalhães, 2014).

(48) <[[*ha*]=*r-a'yr*]-*a_{SN}*> ([*nijã*])

1NA=LK-filho-RFR você

'Você é meu filho' (Magalhães; Praça; Cruz, 2019).

(49) <[[*ha*]=*r-ake*]_{SPosp}>

1NA=LK-perto

'Perto de mim' (Magalhães; Praça; Cruz, 2019).

A distribuição dessas séries pessoais não deve ser interpretada como reflexo direto de papéis semânticos isolados, mas como manifestação formal da organização da grade argumental projetada pelo núcleo predicativo. Assim, a marcação pessoal constitui evidência morfossintática da estrutura valencial das diferentes classes, independentemente da maior ou menor explicitação lexical dos argumentos na superfície discursiva.

Para compreender a distinção entre verbos e nomes em Guajá, analisaremos a seguir os tipos de predicado em que verbos, nomes e expressões adverbiais podem ocorrer e como se estruturam morfossintaticamente. Essa análise é fundamental para a compreensão das particularidades das classes de palavras e suas inter-relações.

4.1 Características dos verbos em Guajá

Verbos e nomes, e suas subclassificações, diferenciam-se, por apresentarem características morfossintáticas distintas na flexão e derivação, utilizando afixos exclusivos.

Quadro 2 – Afixos exclusivos de verbos e nomes no Guajá

Verbos	Nomes
Causativizadores: <i>mi-</i> , <i>-aka</i> Reflexivo/recíproco: <i>je-</i> Nominalizadores: <i>-ha</i> , <i>-har</i> , <i>imi-</i> , <i>-pyr</i> Pessoa: <i>a-</i> , <i>ari-</i> , <i>Ø-</i> , <i>xi-</i> , <i>ari-</i> , <i>pi</i>	Caso locativo pontual: <i>-pe</i> Caso translativo: <i>-reme</i> Sufixo nominal referenciante: <i>-a</i> Sufixo coletivo: <i>-ker</i> Sufixo prospectivo: <i>--rÿm</i> Sufixo retrospectivo: <i>-ker</i>

Fonte: elaborada pela autora (dados extraídos de Magalhães; Mattos, 2014).

Na língua Guajá, os verbos apresentam as seguintes características, que os diferenciam dos nomes:

a) ocorrem predominantemente como predicado, sendo a função argumentativa secundária.

Quando funcionam como argumento, são derivados por meio de afixos nominalizadores (NZR), como o morfema nominalizador de circunstância *-ha*, em (50):

(50) ([*ha=Ø-kere-ha*]-*Ø*)_{SN} <[*i-muku*]_{SV}>

1_{NA}=LK-dormir-NZR-RFR 3_{NA}-ser.longo

‘Minha dormida foi longa’ (Magalhães; Mattos, 2014).

b) não admitem flexão com os sufixos exclusivos dos nomes (conforme Quadro 2);

c) podem ser nominalizados com os seguintes morfemas nominalizadores da língua: -*ahar*, nominalizador de agente de verbo transitivo (ocorre apenas com temas

verbais transitivos e complementos locativos) (51); *-pyr*, nominalizador de paciente sem expressão do agente (52); *imi-*, nominalizador de paciente com agente expreso (53); *-aha*, nominalizador de circunstância/lugar (54);

(51) <[*a'ei-pyhyk-ahar*]-*a*_{SN}>

DEM.3NA-pegar-NZR-RFR

‘Ele é o pegador (dele)’ (Magalhães; Mattos, 2014).

(52) ([*arapaha*]-*Ø*_{SN}) [*Ø-ika-pyr-y'ŷm*]-*a*_{SN} <[*a-ika-ta*]_{SV}>

veado

3NA-matar-NZR-NEG-RFR

1A-matar-FUT

‘Eu vou matar o veado que não foi morto’ (Magalhães; Mattos, 2014, reinterpretado).

(53) <[*ha=n-imi-'u*]-*a*_{SN}>

1NA=LK-NZR-comer-RFR

‘Minha comida’ (Magalhães; Mattos, 2014).

(54) <[*a-nũ*]_{SV}> ([*wari*]_{SN}) [*Ø-jãn-aha*]-*Ø*_{SN}

1A-ouvir

guariba

LK-cantar-NZR-RFR

‘Eu ouvi o canto do guariba’ (Magalhães; Mattos, 2014).

d) podem ser causativizados pelos morfemas causativos: *mi-*, causativo direto (55) e; *-ka*, causativo indireto (56).

(55) [*Hosana*]-*Ø*_{SN} [*Amÿxa'ate*]-*a*_{SN} <[*Ø-mi-juhu* 'y-pe]_{SV}>

Hosana-RFR

Amÿxa'ate-RFR

3A-CAUS-banhar.se

rio-LOC

‘Rosana banhou Amÿxa'atea no rio’ (Magalhães; Mattos, 2014).

(56) ([*jaha*]_{SN}) ([*y*]-*a*_{SN}) <[*a-'u-ka*]_{SV}> ([*karai*]_{SN})

eu

água-RFR

1A-ingerir-CAUS

não.índio

[*i-we-ma'a-ke*]_{SN}

Ø-pe

3NA-ter.sede-NZR-RETR

LK-DAT

‘Eu fiz o não índio sedento ingerir água’ (Magalhães; Mattos, 2014).

4.1.2 Subclasses de verbos com base na valência

A subclassificação dos verbos, em Guajá, leva em consideração distinções morfossintáticas e semânticas. Quanto à distinção morfossintática, os verbos diferenciam-se de acordo com a quantidade de argumentos que projetam em sua grade argumental, isto é, conforme sua valência: a) verbos divalentes (transitivos): admitem dois argumentos, um interno e outro externo; e b) verbos monovalentes (intransitivos): admitem um argumento interno ou externo.

Nos verbos divalentes, como o núcleo verbal admite somente a marcação de um argumento, feita com os marcadores da Série A (57) ou da Série NA (58), a seleção do participante que preencherá a vaga no núcleo verbal com a marca de pessoa depende da hierarquia referencial da língua (Magalhães, 2007; Magalhães; Mattos, 2014), em que $1 = 2 > 3$. Então, em orações com dois argumentos de terceira pessoa, prevalece como argumento marcado aquele que exerce o papel semântico de “agente”, e nas com dois argumentos, um de terceira e outro de primeira ou segunda pessoa, é marcado o “paciente”.

- (57) <[[$\emptyset$]-*pyhy*]_{SN}>
 3A-pegar
 ‘(Ele) (o/a) pegou.’ (Magalhães; Mattos, 2014)

- (58) <[*ha*]= $\emptyset$ -*pyhy*]_{SV}>
 1NA=LK-pegar
 ‘(Ele) me pegou.’ (Magalhães; Mattos, 2014)

Em verbos monovalentes estativos, a expressão do seu argumento único, interno, ocorre por meio dos marcadores da Série Não Ativa (cf. Quadro 1), isto é, do prefixo de terceira pessoa NA (59) ou dos pronomes pessoais clíticos de primeira e segunda pessoas NA (60) (cf. Quadro 1), associado ao núcleo verbal por meio do prefixo *linker* (LK):

- (59) ([*Majakatỹ*]-*a*)_{SN} <[[*h*]-*ahy*]_{SV}>
 Majakatỹ-RFR 3NA-estar.doente
 ‘Majakatỹa está doente’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (60) <[[*ha*]=*r-ahy*]_{SV}> ([*jaha*]_{SN})
 1NA=LK-estar.doente eu
 ‘Eu estou doente’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Já em verbos monovalentes eventivos, a expressão do seu argumento único ocorre por meio dos marcadores da Série Ativa (cf. Quadro 1), como ilustram os exemplos a seguir (61) e (62):

- (61) ([*jawar*]-*a*_{SN}) <[*Ø-kere*]_{SV}>
 cachorro-RFR 3A-dormir
 ‘O cachorro dormiu’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (62) <[*a-kere*]_{SV}> [*mixik-a’ĩ-ta*] ([*jaha*]_{SN}>)
 1A-dormir pouco-ATEN-FUT eu
 ‘Eu vou dormir um pouquinho’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Quanto à distinção semântica na classe dos verbos, segundo Magalhães e Mattos (2014), temos os verbos eventivos e os estativos.

Verbos eventivos, em (63) e (64), englobam os monovalentes ou divalentes e expressam fenômenos⁷ que indicam mudanças rápidas no estado, condição ou locação espacial de alguma entidade. A categoria de pessoa é expressa nos verbos eventivos monovalentes por meio dos marcadores pessoais A e nos divalentes pelos marcadores das séries A ou NA, a depender da hierarquia referencial (cf. explicado na subseção 4.1.2). Os verbos monovalentes eventivos, como em (63), têm seus argumentos representados pelos mesmos marcadores, da Série A, que são usados para marcar “agente” em verbos divalentes, como vemos em (64), que também pode ser opcionalmente acompanhado por um pronome independente expresso como um adjunto correferencial:

⁷ Baseado na escala de estabilidade temporal proposta por Givón (2001, p. 54). A escala de estabilidade temporal proposta por Givón é organizada em um *continuum* para classificar elementos linguísticos (como palavras, morfos e construções) com base em sua capacidade de manter uma forma e função estáveis ao longo do tempo. Elementos mais estáveis (como palavras de uso comum) estão em uma extremidade e elementos mais flexíveis e sujeitos a mudanças (como construções gramaticais novas) estão na outra.

- (63) <[a-wyhy]_{SV}>
 1A-correr
 ‘(Eu) corri’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (64) <[a-pyhy]_{SV}> ([jaha]_{SN})
 1A-pegar eu
 ‘Eu (o) peguei’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Verbos estativos são monovalentes (65), marcam a pessoa por meio da Série NA e expressam propriedades físicas mais estáveis dos nomes (como tamanho, forma, cor, consistência, textura, peso, cheiro e sabor) e muitos fenômenos que significam estados temporários (como temperatura ou estados de saúde, por exemplo). Os verbos monovalentes estativos expressam seus argumentos únicos, internos, pelos mesmos marcadores da Série NA que ocorrem em verbos divalentes (66) para expressar argumento com papel semântico de “paciente”.

- (65) <[[ha]=r-ahy]_{SV}>
 1NA=LK-estar.doente
 ‘Eu estou doente’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (66) ([Manã]-Ø_{SN}) <[[ha]=Ø-pyhy]_{SV}>
 Manã-RFR 1NA=LK-pegar
 ‘Manã me pegou’ (Magalhães; Mattos, 2014).

O fenômeno da intransitividade cindida em Guajá⁸, citada no capítulo 2, decorre da cisão ativo-estativa que caracteriza a classe dos verbos monovalentes. Essa cisão manifesta-se formalmente na distribuição dos marcadores pessoais em que verbos monovalentes **eventivos** selecionam a Série Ativa para expressar seu único argumento, enquanto verbos monovalentes **estativos** expressam seu argumento único interno por meio da Série Não Ativa. Assim, a marcação pessoal revela uma distinção estrutural na configuração da grade argumental, e não apenas uma diferença semântica.

⁸ A análise da intransitividade cindida em Guajá não é objetivo desta dissertação, então, a quem se interessar em aprofundar esse tema recomendo a leitura de Magalhães e Mattos (2014).

Trata-se, portanto, de uma distinção que incide sobre a configuração estrutural da valência dos verbos monovalentes, e não de mera variação pragmática. A oposição entre Série Ativa e Série Não Ativa evidencia diferentes padrões de alinhamento na codificação do argumento único, o que confirma que a valência, no Guajá, possui reflexos sistemáticos na morfossintaxe.

4.2 Características dos nomes em Guajá

Embora verbos e nomes compartilhem propriedades predicativas – especialmente em línguas de tipologia omnipredicativa – é necessário reconhecer distinções estruturais relevantes entre essas classes. Ambas podem projetar uma grade argumental e exigir saturação por meio de argumentos; contudo, diferenciam-se quanto ao estatuto referencial e às estratégias morfológicas de codificação argumental.

No Guajá, conforme descrevem Magalhães e Mattos (2014), verbos, nomes e expressões adverbiais exercem função de predicado primariamente, sem necessidade de cópula. Entretanto, apenas os nomes possuem capacidade de referir, podendo constituir SNs argumentos sem necessidade de derivação. Essa propriedade manifesta-se formalmente por meio da flexão do nome com o sufixo nominal referenciante *-a ~ -Ø* (RFR), responsável por atribuir estatuto referencial ao sintagma nominal, como pode-se observar em *a'yr*, em (67):

- (67) ([*ha*]=*r-a'yr*]-*a_{SN}*) <[*Ø-kere*]_{SV}>
 1_{NA} = LK-filho-RFR 3_A-dormir
 ‘Meu filho dormiu’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Como observa Queixalós (2006), os sintagmas assim formados funcionam, nas línguas TG, como “adjuntos correferenciais”, isto é, constituintes que explicitam lexicalmente a referência já codificada morfológicamente no núcleo do predicado.

Essa distinção é crucial para a análise da valência nominal, pois evidencia que, embora a prática discursiva possa ampliar os contextos de realização de argumentos nominais – como discutido no capítulo anterior –, a projeção de posições argumentais decorre de propriedades estruturais do nome enquanto núcleo predicativo.

A definição de Queixalós também pode ser aplicada para a análise do Guajá. Nos exemplos (68) e (69), observa-se que a flexão com o referenciante possibilita ao nome constituir um sintagma nominal referencial. No exemplo (68), o nome *a'yr* ‘filho’, flexionado com *-a*, forma um SN que exerce a função de referente do argumento marcado pelo prefixo $\emptyset$ - do predicado verbal. De modo semelhante, em (69), tanto o nome *majhu* ‘jiboia’ quanto *arapaha* ‘veado’ são nomes referenciados por meio do sufixo *-a ~ -\emptyset* (Queixalós, 2006), os quais funcionam como referentes ao explicitarem, no plano lexical, a referência já marcada pelas categorias pessoais no núcleo verbal (o prefixo $\emptyset$ - indica sujeito de terceira pessoa e sua presença, como morfema da Série Ativa, também faz inferir, conforme a Hierarquia de Pessoa já descrita, que o objeto também se trata de uma terceira pessoa).

- (68) (*[[ha]=r-a'yr]-a_{SN}*) <[$\emptyset$ -*kere*]_{SV}>
 1NA=LK-filho-RFR 3A-dormir
 ‘Meu filho dormiu’ (Magalhães; Mattos, 2014).
- (69) (*[[majhu]-a_{SN}*) (*[[arapaha]-\emptyset_{SN}*) <[$\emptyset$ -*mukũ*]_{SV}>
 jiboia-RFR veado-RFR 3A-engolir
 ‘A jiboia engoliu o veado’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Os nomes também podem funcionar como argumentos de posições como *ka'a*, no exemplo (70). Contudo, nesse caso, não ocorre a flexão nominal com o referenciante *-a ~ -\emptyset*, pois o Guajá perdeu a marcação com esse sufixo em nomes que ocupam tal posição.

- (70) <[$\emptyset$ -*u ramõ te*]_{SV}> (*[[Majhuxa'a]-\emptyset_{SN}*) [*[[ka'a] r-ia*]_{SPosp} (*[[a'ia]_{SN}*)
 3A-vir IMED REAL Majhuxa'a-RFR mata LK-ABL ele
 ‘Majhuxa'a tinha acabado de vir da mata’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Por fim, os nomes ocorrem como argumentos de predicados nominais equativos, como em (71), que exhibe o SN *Jamakwarer-a* funcionando como argumento externo do predicado *i- men-a*, que tem como núcleo o nome *men* ‘marido’, e argumento interno o prefixo de terceira pessoa da Série NA, *i-*.

- (71) (*[[Jamakwarer]-a_{SN}*) <[*[i]-men*]-a_{SN}>
 Jamakwarer-RFR 3NA-marido-RFR
 ‘Jamakwarera é o marido dela’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Apenas os nomes são flexionados com o sufixo nominal referenciante *-a* ~ *-Ø* (RFR), como visto em (68), (69) e (70). Além disso, eles podem receber outros sufixos exclusivos – conforme a Quadro 2, repetido, abaixo, como Quadro 3 por questões didáticas –, como o sufixo casual locativo *-pe* (72), os sufixos de atualização nominal *-ker* e *-rỹm* (exemplos 73 e 74, respectivamente) e o sufixo de coletivização *-ker*⁹, (75). Os nomes que recebem o sufixo locativo *-pe* se tornam uma expressão adverbial.

Quadro 3 – Sufixos exclusivos de nomes no Guajá

Nomes
Caso locativo pontual: <i>-pe</i>
Caso translativo: <i>-reme</i>
Sufixo nominal referenciante: <i>-a</i>
Sufixo coletivo: <i>-ker</i>
Sufixo prospectivo: <i>-rỹm</i>
Sufixo retrospectivo: <i>-ker</i>

Fonte: elaborada pela autora (dados extraídos de Magalhães; Mattos, 2014).

- (72) <[*a-jku* *ta*]_{SV}> <[*ha*]=*r-ipa-pe*]_{SN}>
 1A-ficar PROJ 1NA=LK-casa-LOC
 ‘Vou ficar na minha casa’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (73) <[*t-ipa-ker*]-*a*]_{SN}>
 HUM-casa-RETR-RFR
 ‘Casa abandonada (ou destruída)’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (74) <[*t-ipa-rỹm*]-*a*]_{SN}>
 HUM-casa-PROSP-RFR
 ‘Casa projetada (ou em construção)’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (75) [*awa* *Ø-warihã-ker*]-*a*]_{SN} [*i-mymyr*]-*a*]_{SN} <[*Ø-pyhy* *wỹ*]>
 Guajá LK-macho-COL-RFR LK-filho-RFR 3A-pegar PLU
 ‘A homenzarada pegou seus filhos’ (Magalhães; Mattos, 2014).

⁹ Os sufixos de atualização nominal e de coletivização *-ker* são homófonos, mas têm função completamente distinta (Magalhães, 2007, p. 148).

A marcação de pessoa do argumento interno dos nomes é expressa pela Série NA de marcadores pessoais, como no exemplo (36), rerepresentado como (76), em que o índice de terceira pessoa da série NA, morfema *i-*, é o argumento interno de *men* ‘marido’.

- (76) ([*Jamakwarer*]-*a*_{SN}) <[[*i*]-*men*]-*a*_{SN}>
 Jamakwarer-RFR 3_{NA}-marido-RFR
 ‘Jamakwarera é o marido dela’ (Magalhães; Mattos, 2014).

4.2.1 Subclasses de nomes com base na valência

Com base na valência, os nomes podem ser subclassificados em: **monovalentes**, os que admitem um argumento externo, como em (77); e **divalentes**, aqueles que admitem um argumento interno e outro externo, como em (78, 79).

A subclassificação proposta fundamenta-se exclusivamente em critérios sintáticos, isto é, na quantidade de posições argumentais projetadas pelo núcleo nominal. Não se trata, portanto, de distinção baseada em frequência de uso das marcas de pessoa, mas na configuração estrutural da grade argumental associada a cada nome.

Em (77), *Awatea* é o núcleo monovalente e *Wa'amaxĩ-a* é o seu argumento externo.

- (77) [*Wa'amaxĩ*]-*a*_{SN} <[*Awa-te*]-*a*_{SN}>
 Wa'amaxĩ-RFR Guajá-REAL-RFR
 ‘Wa'amaxĩa é uma autêntica Guajá’ (Magalhães; Mattos, 2014, p. 262, tradução adaptada).

Aqui, em (78), *miriko* é o núcleo nominal divalente. O clítico *ha=*, marca de primeira pessoa da Série NA, é o seu argumento interno e *Wa'amaxĩa* é o seu argumento externo.

- (78) [*Wa'amaxĩ*]-*a*_{SN} <[[*ha*]=*miriko*]-*a*_{SN}>
 Wa'amaxĩ-RFR 1_{NA}=esposa-RFR
 ‘Wa'amaxĩa é a minha esposa’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Já, em (38), renumerado como (79), *imiriko* é também núcleo nominal divalente, *Wa'amaxĩ-a*, permanece como seu argumento externo, mas o seu argumento interno, agora, é o nome próprio *Xiparẽxa'a*.

- (79) $[Wa'amaxĩ]-a_{SN} <[[Xiparẽxa'a]_{SN} \quad r-imiriko]-a_{SN}>$
 Wa'amaxĩ-RFR Xiparẽxa'a LK-esposa-RFR
 ‘Wa'amaxĩ é a esposa de Xiparẽxa'a’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Em (79), temos uma distribuição de funções semelhantes ao que acontece em (78) com a marca de pessoa da série NA, *ha=*, como argumento interno e *Wa'amaxĩ* como argumento externo.

No capítulo sobre a valência nominal, detalharemos os exemplos acima e a relação sintática entre os elementos oracionais.

4.3 Características das expressões adverbiais em Guajá

Tal como observado nas classes verbal e nominal, as expressões adverbiais também podem ser descritas em termos de projeção e saturação argumental. Se, na seção anterior, demonstrou-se que os nomes, assim como os verbos, apresentam comportamento predicativo e organização argumental própria, verifica-se agora que as expressões adverbiais igualmente participam desse padrão estrutural. Essa convergência analítica reforça a adequação da valência como parâmetro unificador na descrição das diferentes classes lexicais (verbos e nomes) e das expressões adverbiais, que funcionam como predicado em Guajá.

Tal convergência não decorre de analogia funcional superficial, mas da presença sistemática de projeção argumental nos diferentes núcleos predicativos da língua. Assim, a valência revela-se um princípio estruturador transversal, capaz de explicar a organização interna das palavras predicativas sem recorrer exclusivamente a critérios semânticos ou discursivos.

Segundo Magalhães, Praça e Cruz (2017, 2019), em Guajá, expressões adverbiais locativas podem funcionar como predicado sem que precisem estar associadas a verbos com noção espacial, como ilustra o exemplo (80).

- (80) [tapi'ir]-a_{SN} <[ka'a-pe]_{SAdv}> (nome + sufixo locativo)
 anta-RFR mata-LOC
 'A anta está na mata' (Magalhães; Praça; Cruz, 2019).

As chamadas “expressões adverbiais” (Magalhães, 2007) constituem um conjunto de Sintagmas Adverbiais (SAdv) formado por advérbios simples (81), nomes associados ao sufixo locativo *-pe* (82) e Sintagmas Posposicionais (SPosp), como em (83). Essas expressões podem ser subclassificadas de acordo com sua valência, como será apresentado a seguir.

4.3.1 Subclasses de expressões adverbiais de acordo com a valência

As expressões adverbiais em Guajá podem predicar, formando, portanto, predicados adverbiais. Elas podem ser subdivididas em: i) monovalentes, que exigem apenas um argumento externo e podem ser formadas por advérbio simples, como em (81), em que *kurupi* ‘aqui’ é a expressão adverbial formada pelo advérbio simples e *xipamyna* ‘antepassados’ é o argumento externo, ou por nomes associados ao sufixo locativo *-pe*, como em (82), em que *ka'a-pe* ‘na mata’ é expressão adverbial formada pelo nome associado ao sufixo locativo *-pe* e *tapi'ira* ‘anta’ é o seu argumento externo; e ii) divalentes, as que ocorrem com um argumento interno e outro externo, sendo formadas por SPosp, como em (83), que *hake* ‘perto dele/dela’ é a expressão adverbial formada pelo argumento interno indexado (*h-* ‘dele/dela’) e pelo argumento externo *ihi* ‘mãe dele/dela’.

- (81) [xipamyn]-a_{SN} <[kurupi]_{SAdv}> wỹ nỹ
 antepassado-RFR aqui PLU CONJ
 'E os antepassados estavam por aqui' (Magalhães, dados de campo não publicados).

- (82) [tapi'ir]-a_{SN} <[ka'a-pe]_{SAdv}>
 anta-RFR mata-LOC
 'A anta está na mata' (Magalhães; Praça; Cruz, 2019).

- (83) [i-hi]-a_{SN} <[h-[ake]]_{SPosp}>
 3NA-mãe-RFR 3NA-perto
 'A mãe dela está próxima dela/dele' (Magalhães, 2007, p. 61).

Ao concluir este capítulo, evidencia-se que a descrição das classes de palavras com função predicativa em Guajá revela um padrão estrutural convergente que justifica um tratamento teórico unificado. Verbos, nomes e expressões adverbiais exercem primariamente função de predicado e projetam grades argumentais cuja saturação é codificada, de maneira sistemática, por meio das séries pessoais da língua – a Série Não Ativa. Essa convergência não resulta de extensão metafórica da análise verbal, mas da constatação empírica de que diferentes classes compartilham propriedades estruturais na organização de seus argumentos.

Nesse quadro, a valência configura-se como princípio estruturador geral da gramática do Guajá. Ao mesmo tempo, distingue-se claramente entre a arquitetura estrutural da grade argumental – propriedade lexical dos núcleos – e as estratégias discursivas de realização ou omissão de argumentos. Essa distinção será fundamental para a análise detalhada da valência nominal no capítulo seguinte.

5 PREDICADOS NOMINAIS EM GUAJÁ E A EXPRESSÃO DA VALÊNCIA

Existem, na literatura, diferentes perspectivas que buscam explicar o fenômeno da relação dos nomes com os demais elementos a eles associados no interior do sintagma, sejam outros nomes, sejam marcas de pessoa. Essas abordagens, contudo, partem de pressupostos distintos quanto à natureza dessas relações – ora concebidas como semânticas (posse), ora como exigências formais internas ao sintagma. No caso do Guajá, como demonstrado nos capítulos anteriores, tais relações extrapolam o domínio estritamente nominal e apresentam paralelismo sistemático com a organização argumental de verbos e expressões adverbiais, o que exige um enquadramento teórico capaz de capturar essa convergência estrutural.

Nichols (1988) propõe uma abordagem baseada em critérios semânticos e em padrões de marcação de posse, estruturada a partir da oposição alienável/inalienável. A autora define a posse inalienável como inerente ao possuidor – isto é, uma relação concebida como intrínseca –, ao passo que a posse alienável corresponde a uma propriedade social ou economicamente atribuída. Nessa perspectiva, a posse inalienável constitui uma classe fechada de nomes, denominados “*bound names*”, que não podem ocorrer sem marcação de possuidor.

O conjunto dos nomes inalienáveis tende a obedecer a uma hierarquia implicacional: termos de parentesco e partes do corpo ocupam o topo, seguidos por relações parte-todo e relações espaciais, e, por fim, por itens culturalmente concebidos como inerentes ao indivíduo. Embora descritivamente relevante para diversas línguas, essa abordagem baseia-se em critérios semânticos e não oferece instrumentos suficientes para explicar a organização morfossintática das relações nominais no Guajá, particularmente no que diz respeito à codificação formal dos argumentos por meio da Série Não Ativa.

Uma outra perspectiva é a de Salanova e Nikulin (2025) que, por sua vez, argumentam – em seu artigo sobre a morfologia relacionalizante e absolutizante em línguas indígenas da América do Sul –, que a relação entre nomes e seus complementos deve ser tratada como um fenômeno formal de **relacionalidade**, e não como uma propriedade semântica de posse (Nichols, 1988). Para os autores, a relacionalidade é concebida como “o requisito de que um radical [...] receba um complemento para constituir um sintagma bem formado” (Salanova; Nikulin, 2025, p. 48, tradução nossa). Trata-se, então, de uma perspectiva morfossintática relacional utilizada para classificar não apenas radicais nominais, mas também verbais e adposicionais.

Por um lado, a pertença à classe de radicais relacionais é apenas parcialmente determinada pela inalienabilidade. Este é um ponto que, reconhecidamente, já foi abordado há muito tempo na literatura sobre posse (ver também Nichols; Bickel 2013, seção 3), onde fica claro que a semântica por si só é incapaz de prever a pertença de um determinado conceito a uma classe, levando à conclusão de que a categoria tradicionalmente referida como 'alienabilidade' carece de "conteúdo semântico invariante" (Nichols, 1988, p. 582). No entanto, a independência do conceito formal de relacionalidade em relação à inalienabilidade vai além dessa arbitrariedade parcial na pertença à classe: a relacionalidade é encontrada em conceitos de propriedade, verbos e modificadores adjuntos. Pode-se falar de inalienabilidade nesses casos correndo-se o risco de tornar o conceito sem sentido.

Além disso, está bem estabelecido que a inalienabilidade semântica de um nome pode motivar distinções formais para além do domínio da frase genitiva (Chappell e McGregor 1996:5-6). [...] É, portanto, essencial distinguir entre a alienabilidade semântica e seus múltiplos correlatos formais, dos quais a relacionalidade — como definida neste artigo — é apenas um (Salanova; Nikulin, 2025, p. 56, tradução nossa).

Sob esse aspecto a abordagem de Salanova e Nikulin (2025) nos é interessante, porque reforça a ideia de que o conceito de inalienabilidade não é adequado para realizar uma análise formal das classes de palavras, incluindo os nomes.

No entanto, a análise dos autores sobre relacionalidade, embora também muito pertinente para o nosso olhar sobre o Guajá, pois trata o fenômeno como transcategorial — atravessando a classe dos verbos, dos nomes e das adposições —, utiliza como critério de análise o foco morfossintático na constituição interna dessas raízes. Assim, Salanova e Nikulin (2025) definem aquelas que são chamadas de relacionais como as que requerem **um complemento**:

[...] raízes são classificadas entre aquelas que exigem um complemento e aquelas que não o permitem em uma posição específica [...]. Os complementos podem ser expressos tanto como índices de pessoa [...] ou como um sintagma nominal completo. [...] mas a relacionalidade é observada apenas com **o único argumento de uma raiz**, que informalmente chamamos de 'complemento' ou argumento 'interno'; sua proximidade com a raiz deve ser vista na morfologia específica associada à relacionalidade, mas também na sua inseparabilidade e na relação semântica entre ela e o núcleo. (Salanova; Nikulin, 2025, p. 47-48, tradução nossa, grifo nosso).

Dessa maneira, diferenciam-se do que aqui propomos ao buscar uma análise sintática da estrutura dessas raízes que extrapole o nível da constituição interna para analisar a relação dessas palavras também com seus argumentos externos. Ou seja, propomos uma descrição que apresente as relações não só internas ao sintagma, mas estendida ao sistema estrutural da sentença.

Outra forma de tratar o fenômeno consiste em descrevê-lo em termos de **valência**. Sob essa perspectiva, a valência nominal é definida com base na estrutura dos predicados e no número de argumentos que o nome admite ou exige quando ocupa posição nuclear. Nomes podem, assim, ser classificados como monovalentes e divalentes (Queixalós, 2005, p. 197).

Como observa Queixalós (2005),

A valência como correlato sintático da distinção “inalienável”/“alienável” mostra que, mesmo em termos semânticos, tal distinção é insuficiente, já que o que está por trás não é uma questão de “posse”, seja qual for o significado que daremos a esse termo, e sim a natureza mais ou menos relacional dos elementos (Queixalós, 2005, p. 186).

Essa perspectiva permite deslocar o foco da noção de “posse” – categoria semanticamente heterogênea – para a estrutura formal da predicação nominal. Ao tratar certos nomes como funções que requerem argumentos para sua saturação, a valência nominal torna-se diretamente comparável à valência verbal, o que é particularmente pertinente em uma língua de padrão omnipredicativo como o Guajá.

O autor fundamenta essa proposta retomando Frege (1984 [1891]) e Benveniste (1974 [1967]), defendendo que certos nomes devem ser analisados como funções que requerem argumentos para se completarem – como “filho-de”, que envolve dois participantes.

Esse enquadramento mostra-se particularmente adequado ao Guajá. Como demonstrado no capítulo anterior, há notável paralelismo sintático entre sintagmas verbais, nominais e posposicionais, especialmente no que diz respeito à expressão de argumentos internos por meio da Série Não Ativa. Contudo a valência também nos permite analisar as relações dos nomes com os argumentos externos. As relações estruturais, portanto, extrapolam a noção semântica de posse e se configuram como propriedades formais da gramática da língua.

Assim, tanto a abordagem exclusivamente semântica da alienabilidade (Nichols, 1988) quanto a delimitação da RAM (Salanova; Nikulin, 2025) mostram-se insuficientes para dar conta da abrangência das relações nominais em Guajá. Os dados indicam que tais relações se integram a um padrão mais amplo de organização argumental compartilhado por diferentes classes predicativas e que extrapola a relação interna dos nomes com seus argumentos. Propomos, portanto, que a noção de valência nominal (Launey, 2004; Queixalós, 2005; Vapnarsky, 2013) constitui o parâmetro mais

homogêneo e estruturalmente consistente para descrever o comportamento sintático das subclasses nominais da língua.

5.1 A valência dos nomes em Guajá

Com base no conceito de valência já estabelecido, os nomes em Guajá podem ser classificados como **monovalentes** e **divalentes**, conforme o número de argumentos que exigem quando figuram como núcleo de predicados nominais equativos.

Essa classificação fundamenta-se exclusivamente na quantidade de posições argumentais projetadas pelo núcleo nominal quando este ocupa função predicativa. Não se trata, portanto, de distinção baseada na frequência de marcação possessiva na prática discursiva, mas na configuração estrutural da grade argumental associada a cada item lexical.

Nomes monovalentes

Os nomes monovalentes admitem apenas um argumento externo quando funcionam como núcleo de predicado equativo.

Em (77), numerado como (84):

- (84) [*Wa'amaxĩ*]-*a*_{SN} <[*Awa-te*]-*a*_{SN}>
 Wa'amaxĩ-RFR Guajá-REAL-RFR
 ‘*Wa'amaxĩ* é uma autêntica Guajá’ (Magalhães; Mattos, 2014, p. 262, tradução adaptada).

Nesse exemplo, da língua Guajá, o SN *Awate* ‘autêntica Guajá’ constitui o núcleo monovalente do predicado nominal equativo, sua grade argumental prevê apenas uma posição – a de argumento externo –, saturada pelo SN *Wa'amaxĩ* ‘*Wa'amaxĩ* (nome próprio)’.

Nomes divalentes

Os nomes divalentes exigem dois argumentos: um externo e um interno, quando em função de predicado equativo, sendo que a expressão do argumento interno pode ser realizada pela marca de pessoa da Série NA, ou por outro nome, indexados ao núcleo pelo

prefixo *linker* (LK), como ilustrado nos exemplos (78) e (38), renumerados aqui como (85) e (86), respectivamente.

Em (85), o nome *imiriko* ‘esposa’ é núcleo divalente de predicado nominal equativo. O argumento interno é expresso pela marca da Série Não Ativa *ha*= ‘1.NA’, enquanto o argumento externo é realizado pelo SN *Wa'amaxĩ-a*.

- (85) $[Wa'amaxĩ]-a_{SN} <[[ha]_{SN}=r-imiriko]-a_{SN}>$
 Wa'amaxĩ-RFR 1_{NA}=LK-esposa-RFR
 ‘Wa'amaxĩ é a minha esposa’ (Magalhães; Mattos, 2014).

Em (86), o argumento interno é lexicalizado pelo SN *Xiparêxa'a*, indexado ao núcleo por meio do prefixo linker *r-*. O argumento externo permanece *Wa'amaxĩ-a*. Além do argumento interno obrigatório, nomes divalentes como *imiriko* ‘esposa’ exigem, quando ocorrem como núcleo de predicado equativo, a expressão de um outro SN ocupando a vaga de argumento externo, função exercida, em ambos os exemplos, pelo SN externo *Wa'amaxĩ-a*. Assim, a exigência simultânea de dois participantes confirma a valência divalente do nome *imiriko*.

- (86) $[Wa'amaxĩ]-a_{SN} <[[Xiparêxa'a]_{SN} r-imiriko]-a_{SN}>$
 Wa'amaxĩ-RFR Xiparêxa'a LK-esposa-RFR
 ‘Wa'amaxĩ é a esposa de Xiparêxa'a’ (Magalhães; Mattos, 2014).

No entanto, a depender da estrutura em que figuram os nomes, eles podem ter sua valência alterada para baixo, bem como ter sua relação ampliada no sistema estrutural como veremos nas seções a seguir.

5.2 Redução de valência

A redução de valência ocorre, em Guajá, quando em função de núcleo de predicado existencial, nomes divalentes tornam-se monovalentes ao perder a capacidade de se relacionar com um argumento externo.

Importa destacar que a redução de valência aqui descrita não implica alteração lexical permanente do nome, mas resulta da configuração sintático-predicativa em que ele ocorre.

Trata-se, portanto, de reconfiguração estrutural da projeção argumental em contextos específicos, e não de mudança categorial ou semântica do item lexical.

Em (87), o nome *imiriko* ‘esposa’, originalmente divalente, ocorre como núcleo de predicado existencial. Nessa configuração, não admite argumento externo, mas mantém a exigência do argumento interno (*ha*= ‘1NA’). Sua valência reduz-se, portanto, de dois para um argumento.

- (87) <[[*ha*] = *r-imiriko*]_{SN}> nome monovalente
 1NA = LK-esposa
 ‘Existe minha esposa’ (Magalhães; Mattos, 2014, p. 262).

Em (88), o nome *Awa-te* ‘autêntico Guajá’, originalmente monovalente, perde também a possibilidade de argumento externo quando figura em construção existencial, tornando-se avalente.

- (88) <[*Awa-te*]_{SN}> nome avalente
 Guajá-REAL
 ‘Existe autêntico Guajá’ (Magalhães; Mattos, 2014, p. 262, tradução adaptada).

5.3 Nomes monovalentes em grade argumental ampliada

Apesar de não haver mecanismos de aumento de valência associado a nomes, há uma estratégia que permite aos nomes monovalentes se associar na estrutura clausal a outro nome. Isso ocorre por meio da introdução na sentença de um Nome Genérico Relacional (NGR) (nos termos de Queixalós (2005) para o Katukina, e aqui adotado para a análise do Guajá). Um NGR é um nome divalente, isto é, que se associa a um argumento interno e a outro externo quando em função de predicado equativo-inclusivo, mas que, dito em termos semânticos, “serve para permitir a associação de um possuidor a um nome da classe dos alienáveis” (Queixalós, 2005). Ou seja, sua função é permitir que um nome monovalente possa ser associado, no nível semântico, mas não sintático, a outro nome com o qual se relaciona.

Em Guajá, o nome *ma’ẽ* ‘coisa’ funciona como NGR. A atuação do NGR pode ser interpretada, em termos valenciais, como mecanismo de mediação estrutural que se introduz na sentença como um nome divalente, resultando assim na criação de uma posição argumental

adicional. Assim, nomes originalmente monovalentes passam a integrar uma sentença em que há uma estrutura divalente associada a ele. Portanto, a introdução de um participante ocorre não por mudança intrínseca do nome monovalente (que permanece monovalente), mas pela inserção na sentença de um núcleo relacional que projeta uma grade argumental ampliada e que a ele se refere.

O nome *komutatu* ‘computador’, por exemplo, é monovalente, e como tal não pode ser associado com um argumento interno. Por outro lado, em (89), ele ocorre como argumento externo do nome divalente *ma’ẽ* ‘coisa’, que é núcleo de um predicado nominal equativo. Essa equivalência permite que o nome monovalente *komutatu* ‘computador’ se relacione ao SN *karai* ‘não indígena’, que ocupa a posição de argumento interno de *ma’ẽ*.

- (89) $[komutatu]_{-a_{SN}}$ $\langle [[karai]_{SN} \quad \emptyset - ma'ẽ]_{-a_{SN}} \rangle$
 computador-RFR não-indígena LK-coisa-RFR
 ‘O computador é do não indígena’ (lit. ‘o computador é a coisa do não indígena’)
 (Magalhães, dado de campo não publicado).

Em (90), o nome monovalente *ko* ‘roça’, com função de adjunto correferencial do argumento objeto do verbo *xa* ‘ver’ (sem marca explícita, mas subentendido pela Hierarquia de Pessoa), é semanticamente associado a outro SN adjunto, a ele justaposto na sentença, só que com o núcleo divalente *ma’ẽ* ‘coisa’:

- (90) $\langle a - xa_{SV} \rangle$ $[ko]_{-a_{SN}}$ $\langle [[Inajã]_{SN} \quad \emptyset - ma'ẽ]_{-a_{SN}} \rangle$
 1SG.IMP-ver roça-RFR Inajã LK-coisa
 ‘Veja a roça do Inajã’ (lit. ‘Veja a roça, a coisa do Inajã’).

Essa estratégia permite, então, aos nomes monovalentes, a possibilidade de serem associados a um nome a eles relacionado.

Outros nomes com semântica generalizante também funcionam como NGR, como os núcleos de predicado nominal divalente ilustrados em (91), *imiar* ‘presa’, que permite relacionar o SN *xahu* ‘porcão’ à marca de pessoa *ha*= 1SG.NA; em (92), *akwaha* ‘morada’, que permite relacionar o SN *iwa* ‘céu’ a *karawa* ‘espíritos’; e em (93), *ima* ‘animal de criação’, que permite relacionar o SN *karaha* ‘cavalo’ a *karai* ‘não indígena’.

- (91) $[xahu]-a_{SN}$ $<[[ha]_{SN}=r-imiar]-a_{SN}>$
 porcão-RFR 1NA=LK-presa-RFR
 ‘A minha presa é o porcão’ (Magalhães, dado de campo não publicado).
- (92) $[iwa]-\emptyset_{SN}$ $<[[karawa]_{SN} r-akwaha]-\emptyset_{SN}>$
 céu-RFR espíritos LK-morada-RFR
 ‘O céu é a morada dos espíritos karawara’ (Magalhães, dado de campo não publicado).
- (93) $[kawaha]-\emptyset_{SN}$ $<[[karai]_{SN} n-ima]-\emptyset_{SN}>$
 cavalo-RFR não.indígena LK-animal.de.criação-RFR
 ‘O cavalo é animal de criação do não indígena’ (Magalhães, dado de campo não publicado).

Em todos esses casos, o NGR constitui o núcleo divalente do predicado e possibilita a associação entre um nome monovalente com outro participante do contexto discursivo.

Em um caso muito específico, um processo de lexicalização, motivado por uma mudança de perspectiva, resultou na alteração da valência de um nome monovalente para divalente. O nome *haira* ‘abelha/mel’, como nome monovalente que se refere a um elemento da natureza, não pode ocorrer associado a nenhum outro SN. No entanto, na cosmologia Awá os meis e as abelhas estão inerentemente relacionados a diversos tipos de animais da floresta. Assim, para expressar essa relação, em (94), observa-se caso de lexicalização, em que o nome divalente, *ma’aira* ‘coisa.abelha’, resulta da composição de *ma’ẽ* ‘coisa’ + *haira* ‘abelha/mel’ e constitui núcleo divalente que permite explicitar uma relação cosmologicamente relevante. Assim, esse novo item lexical possibilita a explicitação da relação da abelha/mel, com papel de argumento externo desse predicado equativo, com o animal a ela relacionado, expresso como seu argumento interno.

- (94) $[kamixatakairuhu]-a_{SN}$ $[[ha]_{SN}=\emptyset-ma'air]-a_{SN}$
 kamixatakairuhu-RFR 1SG.NA=LK-coisa.abelha-RFR
 ‘A kamixatakairuhua é a minha abelha’ (o falante é o jabuti) (Magalhães, dado de campo não publicado).

Esse caso evidencia que a ampliação valencial pode decorrer de processos de lexicalização motivados culturalmente, mas sua descrição exige instrumentos estruturais. A valência, nesse sentido, permite capturar formalmente uma relação cosmologicamente relevante sem reduzi-la à categoria genérica de posse.

Neste capítulo, contrastamos as noções de alienabilidade, relacionalidade e valência nominal e demonstramos que, no Guajá, a expressão das relações nominais se organiza prioritariamente em termos estruturais. A análise dos dados evidencia que a valência nominal constitui mecanismo produtivo de organização da predicação, permitindo descrever tanto subclasses lexicais quanto processos de redução de valência e de ampliação da grade argumental em diferentes configurações sintáticas.

Ao integrar os nomes ao mesmo parâmetro analítico aplicado a verbos e expressões adverbiais, reafirma-se o caráter estruturalmente homogêneo da gramática Guajá. Ao mesmo tempo, se distingue explicitamente entre a arquitetura lexical da grade argumental – propriedade estrutural dos núcleos – e as estratégias discursivas de realização dos argumentos, cuja frequência pode variar sem alterar a valência subjacente.

No capítulo seguinte, abordaremos os conceitos de iconicidade e frequência na língua Guajá, discutindo como tais dimensões interagem com – mas não determinam – a organização estrutural da valência.

6 ICONICIDADE E FREQUÊNCIA EM GUAJÁ

A Linguística Funcional admite que os usos linguísticos sejam resultados de modelos convencionalizados baseados na interação entre linguagem, cognição e ambiente sócio-histórico dos usuários de uma língua. Dessa forma, os usos da língua estariam ligados à fixação de padrões gramaticais, sendo a gramática constituída pela possibilidade de combinações de unidades formais fixas, padronizadas e com significado (Cunha, 2015).

Segundo essa perspectiva, a língua corresponde a um sistema adaptativo complexo, de natureza dinâmica que possui padrões mais regulares e menos regulares, sendo estes motivados pela necessidade comunicativa e/ou cognitiva.

Desse modo, uma das questões norteadoras desta pesquisa consiste em verificar se as subclasses nominais monovalentes e divalentes em Guajá constituem categorias estruturalmente fixas ou se determinados contextos de uso podem motivar reanálises locais na projeção argumental desses nomes. A questão não é, portanto, se há “mudança estrutural” no sistema, mas se a prática discursiva pode ativar, de maneira contextual, posições argumentais que não correspondem ao padrão prototípico da raiz nominal.

Para além da revisão semântica e da classificação sob o viés sintático, propõe-se analisar os dados do Guajá à luz dos conceitos tipológico-funcionais de iconicidade (Haiman, 1983) e frequência de uso (Haspelmath, 2017). Tais conceitos auxiliam a refletir sobre possíveis motivações para que línguas do mundo codifiquem, em sua gramática, estruturas distintas para nomes alienáveis e inalienáveis.

A iconicidade refere-se à situação em que a forma de uma expressão linguística reflete a estrutura conceitual por ela representada. Haiman (1983) propõe que a distância formal entre expressões pode indicar distância conceitual entre os elementos envolvidos. Assim, quanto mais inseparáveis forem dois conceitos, mais unidos tenderão a se expressar formalmente. Inversamente, maior independência conceitual correlaciona-se com maior separação estrutural. Contudo, a hipótese icônica pressupõe que a estrutura gramatical reflita diretamente relações conceituais de inseparabilidade. Tal pressuposto será problematizado à luz dos dados do Guajá, nos quais a codificação não parece resultar primariamente de distância conceitual, mas de restrições estruturais associadas à valência nominal.

Assim, em línguas que permitem associar possuidores a diferentes tipos de nomes, haveria uma ligação conceitual mais estreita entre possuidor e nome inalienável do que entre possuidor e nome alienável. Isso explicaria, segundo Haiman, o fato de nomes inalienavelmente possuíveis apresentarem menor marcação formal que nomes alienáveis, os quais requerem codificação adicional. Os exemplos a seguir, (95 e 96) do Nakanai (Nk) e (97 e 98) do Hua (Hu), ilustram essa distinção atestando que conceitos mais inseparáveis apresentam-se mais unidos na forma.

- (95) (Nk) a. *lima-gu*
 mão-minha
 b. *luma taku*
 casa minha (Haiman, 1983, p. 793, tradução livre).
- (96) a. *tama-mulua*
 pai-2DU.EXC.
 b. *luma tamulua*
 casa 2DU.EXC. (Haiman, 1983, p. 793, tradução livre).
- (97) (Hu) a. *d-za*
 meu-braço
 b. *dgai? fu*
 meu porco (Haiman, 1983, p. 793, tradução livre).
- (98) a. *k-ru?*
 sua-coxa/colo
 b. *kgai? ru?*
 seu machado (Haiman, 1983, p. 793, tradução livre).

Entretanto, Haspelmath (2017) argumenta que a frequência de uso e a previsibilidade oferecem explicação mais ponderada do que a iconicidade para os contrastes de codificação adpossessiva. Segundo o autor, padrões formais tendem a cristalizar expectativas probabilísticas de ocorrência: quanto mais previsível a presença de um possuidor com determinado nome, menor tende a ser a codificação formal dessa relação.

Já nomes alienáveis (monovalentes/absolutos) tendem a ocorrer menos frequentemente em construções possessivas, tornando a presença de um possuidor menos previsível, conseqüentemente, exigem codificação mais explícita e estruturalmente mais complexa.

Contudo, a relação entre nomes e seus argumentos varia consideravelmente entre línguas. Embora seja comum que nomes divalentes apresentem relação mais rígida com o elemento a que se vinculam, nomes monovalentes também podem ocorrer em construções que os relacionam a outro nome, dependendo da gramática da língua.

6.1 Universais tipológicos e o Guajá

Com base em ampla literatura tipológica sobre a alienabilidade, Haspelmath (2017) formula uma série de universais implicacionais que contrastam nomes inalienáveis e alienáveis. Tais universais pressupõem, em geral, línguas que apresentam cisão de alienabilidade adnominal – isto é, sistemas nos quais construções possessivas de nomes alienáveis e inalienáveis são formalmente contrastadas.

O Guajá, contudo, não apresenta tal cisão adnominal. A língua restringe a associação estrutural direta entre possuidor e nome aos nomes divalentes (relacionais/inalienáveis). Nomes monovalentes (alienáveis) não admitem associação direta com possuidor; quando há relação semântica de posse, esta é expressa por meio de uma construção especial com NGR, configurando uma estratégia sintática distinta da construção relacional morfológica.

Esse fato é crucial: o Guajá não apresenta dois padrões alternantes de codificação possessiva dentro de um mesmo domínio estrutural. A distinção não se dá por maior ou menor extensão formal dentro de uma construção adnominal única, mas pela própria possibilidade ou impossibilidade estrutural de projeção de um argumento possuidor. Trata-se, portanto, de uma diferença de valência nominal, e não de mera variação de marcação.

Adiante, destaca-se alguns pontos desses universais (Haspelmath, 2017) relevantes para nossa reflexão sobre o tema e a análise da língua Guajá.

Universal 1

O Universal 1 afirma que, em línguas com cisão de alienabilidade adnominal, a construção inalienável tende a ter codificação zero, enquanto a alienável apresenta codificação manifesta. O Guajá não se enquadra nesse padrão, uma vez que nomes inalienáveis apresentam marcação manifesta ligada ao nome, como em (78), renumerado como (99), e nomes alienáveis não admitem construção possessiva direta. Por exemplo, em Guajá, não se pode dizer: “o cachorro do homem”. Para esse tipo de construção, precisamos fazer uso de um NGR, como visto no capítulo anterior e ilustrado em (91), aqui renumerado como (100).

- (99) [Wa'amaxĩ]-a_{SN} <[[ha]_{SN}=r-imiriko]-a_{SN}>
 Wa'amaxĩ-RFR 1_{NA}=LK-esposa-RFR
 ‘Wa'amaxĩ é a minha esposa’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (100) [xahu]-a_{SN} <[[ha]_{SN}=r-imiar]-a_{SN}>
 porcão-RFR 1_{NA}=LK-presa-RFR
 ‘A minha presa é o porcão’ (Magalhães, dado de campo não publicado).

Universal 2

Esse universal prevê codificação ligada para inalienáveis e livre para alienáveis, em línguas com cisão de alienabilidade adnominal. Também não se aplica ao Guajá, já que não há duas construções alternantes dentro da posse direta. Conforme já visto, no Guajá, marcas de “posse” somente são associadas a nomes inalienáveis.

Universal 3

Prevê formas de pessoa mais curtas com inalienáveis e mais longas com alienáveis.

Embora, em função da ausência de cisão de alienabilidade adnominal na língua, o Universal 3 não se aplique ao Guajá, este suscita uma reflexão, já que, nessa língua, em construções divalentes (inalienáveis), os nomes recebem apenas as marcas de pessoa, ou outro nome, ligadas ao nome (argumento interno), como em (78) e (38), remunerados como (101) e

(102), enquanto as construções com os nomes monovalentes (alienáveis) precisam de um NGR associado à marca de pessoa, como em (91), replicado como (103). Nesses casos, o NGR passa a ser o núcleo da construção e o nome monovalente argumento externo.

- (101) [Wa'amaxĩ]-a_{SN} <[[ha]_{SN}=r-imiriko]-a_{SN}>
 Wa'amaxĩ-RFR 1.NA=LK-esposa-RFR
 ‘Wa'amaxĩ é a minha esposa’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (102) [Wa'amaxĩ]-a_{SN} <[[Xiparêxa'a]_{SN} r-imiriko]-a_{SN}>
 Wa'amaxĩ-RFR Xiparêxa'a LK-esposa-RFR
 ‘Wa'amaxĩ é a esposa de Xiparêxa'a’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (103) [xahu]-a_{SN} <[[ha]_{SN}=r-imiar]-a_{SN}>
 porcão-RFR 1.NA=LK-presas-RFR
 ‘A minha presa é o porcão’ (Magalhães, dado de campo não publicado).

A construção com NGR dos nomes monovalentes é formalmente mais complexa – por se dar na sentença e, portanto, sintaticamente – enquanto a dos nomes divalentes ocorre no nível morfológico. Isso corrobora, de certa forma, a tendência descrita por Haspelmath (2017) de que a codificação mais curta é característica dos nomes inalienáveis, em outras palavras, codificação mais econômica associa-se aos nomes relacionalmente mais previsíveis.

Nomes não possuíveis e inabsolutos

No que se refere a línguas que codificam a alienabilidade de outra maneira, há aquelas que possuem uma subclasse de nomes denominados por Haspelmath (2017, p. 212) de *impossessible nouns* (nomes não possuíveis), que não podem ocorrer em construções possessivas, como os nomes, em (104), do Maya Yucateco (MY):

- (104) (MY) *maak* ‘pessoa’
xch’up ‘mulher’
suhuy ‘virgem’
iik ‘ar, vento’
ka’n ‘céu’
yook’olkab ‘mundo’ (Lehmann 1998: 57–58, tradução livre).

O Guajá (Gj) também apresenta nomes não possuíveis, como exemplificado em (105), que nunca podem ocorrer associados a um possuidor:

(105) (Gj)	<i>awa</i>	‘pessoa’
	<i>wutua</i>	‘vento’
	<i>iwa</i>	‘céu’
	<i>ka’ia</i>	‘macaco-prego’
	<i>haira</i>	‘abelha/mel’ (Magalhães, dado de campo não publicado).

A previsibilidade seria, segundo Haspelmath (2017, p. 213), o que explica a não ocorrência dos “nomes não possuíveis” em construções possessivas, já que fenômenos naturais, ou elementos da natureza, como ‘céu’ ou ‘mundo’, e nomes pessoais não relacionais como ‘pessoa’ ou ‘mulher’ têm rara frequência como nomes possessivos em línguas que permitem tais construções.

Desse modo, para dizer que nomes como ‘pessoa’ ou ‘céu’ estão em uma construção possessiva, os falantes dessas línguas têm que “fazer um esforço maior de codificação” (Haspelmath, 2017, p. 213).

Essa hipótese talvez explique a necessidade do(s) NGR(s) no Guajá, como no exemplo (93), replicado aqui como (106), uma vez que eles permitem associar um nome que não pode ocorrer ligado estruturalmente a outro por meio de uma construção especial.

(106)	<i>[kawaha]-Ø_{SN}</i>	<[[<i>karai</i>] _{SN} <i>n-ima</i>]-Ø _{SN} >
	cavalo-RFR	não.indígena LK-animal.de.criação-RFR
	‘O cavalo é animal de criação do não indígena’ (Magalhães, dado de campo não publicado).	

Entretanto, esse tipo de construção não seria classificada como parte de uma cisão de codificação, mas, sim, de uma construção gramatical especial, por ser uma expressão indireta e não uma construção possessiva comum (Haspelmath, 2017, p. 213).

A necessidade de NGRs no Guajá também evidencia uma diferença relevante em termos icônicos, pois há claramente um maior esforço em codificar relações nos nomes monovalentes (alienáveis) em oposição a um código gramatical específico de uma construção possessiva divalente (inalienável).

Além disso, o Guajá apresenta nomes que Haspelmath denomina “inabsolutos”: nomes que nunca podem ser usados sem possuidor explícito e para os quais não há mecanismo antipossessivo. Esses nomes correspondem, em nossa análise, aos nomes divalentes.

Universal 4

O Universal 4 diz que: se uma língua trata nomes alienáveis e inalienáveis de forma diferente em contextos não possuídos, os nomes alienáveis sempre mostram codificação zero, enquanto os inalienáveis mostram codificação manifesta (por um marcador antipossessivo). (Haspelmath, 2017, p. 216) denomina esses nomes de “inabsolúveis/inabsolutos”, isto é, aqueles que não podem ser usados fora de uma construção possessiva de forma alguma, nem mesmo com um marcador antipossessivo.

Em línguas como o Maya Yucateco, falantes podem contornar essa restrição por meio de estratégias como ‘o rosto de alguém’ para referir-se a ‘rosto’ de forma genérica. Esse procedimento não constitui construção antipossessiva especial, mas recurso discursivo para contornar restrição estrutural (Haspelmath, 2017, p. 217).

No Guajá, observa-se mecanismo semelhante que ocorre com algumas raízes nominais relativas, desde que se refira a um nome indeterminado humano. Esse comportamento aproxima-se do Universal 4, mas com particularidades: não há mecanismo antipossessivo na língua. Quando necessário, estratégias discursivas podem contornar restrições estruturais como a que Magalhães (2007) interpretava como “prefixo relacional de determinação humana genérica”, e que reanalisamos aqui como **prefixo de terceira pessoa humana indeterminada** (*t-*)¹⁰, glosado como 3.IND.HUM, como nos exemplos (107, 108 e 109):

- (107) *t-ãj* Ø-’ok-ahar-*a*_{SN}
 3.IND.HUM-dente LK-arrancar-NZR-RFR
 ‘O dentista.’ (lit. ‘o arrancador de dentes (de gente)’) (Magalhães, 2007, p. 214, com adaptações).

¹⁰ Isto é o que Salanova e Nikulin (2025) chamam de morfologia absolutizante.

- (108) *a-mapy* *manã* *t-ipa-pe* *i-kỹ* *mehẽ*
 2/IMP-colocar CTF2 3.IND.HUM-casa-LOC 3NA-estar.seco quando
 ‘Coloque na casa (de gente) quando estiver seco’ (Magalhães, 2007, p. 122, com adaptações).
- (109) *Ø-warihã-Ø* *t-itarỹ-me* *Ø-wahý-a* *t-akwé-pe*
 3NA-homem-RFR 3.IND.HUM-frente-LOC 3NA-mulher-RFR 3.IND.HUM-atrás-LOC
 ‘Homem (vai) na frente (de gente), mulher (vai) atrás (de gente)’ (Magalhães, 2007, p. 155, com adaptações).

Esse recurso evidencia que, embora certos nomes sejam estruturalmente dependentes, a língua dispõe de estratégias para satisfazer exigências discursivas.

A discussão sobre a obrigatoriedade do possuidor é particularmente relevante. Assim como verbos transitivos frequentemente exigem realização sintática de seus argumentos, nomes divalentes exigem a presença de marca pessoal, seja por um índice de pessoa ou por um nome. Contudo, Haspelmath ressalta que ainda está em aberto até que ponto essa obrigatoriedade decorre de inerência semântica ou de frequência de uso cristalizada gramaticalmente.

Hipoteticamente, Haspelmath acredita que o contraste entre construções “com posse” e “sem posse” revela previsões baseadas na perspectiva da previsibilidade, que a iconicidade de distância não mostra: nomes que frequentemente ocorrem em construções possessivas podem acabar ocorrendo obrigatoriamente nessas construções, e nomes usados de forma absoluta, sem um possuidor, podem necessitar de uma marcação que contrabalanceie a forte expectativa da existência de um possuidor (Haspelmath, 2017, p. 217).

Visto que o possuidor parece ser conceitualmente necessário com nomes inalienáveis, é esperado que ele seja sintaticamente obrigatório em algumas línguas, assim como se espera que argumentos externos e internos sejam sintaticamente obrigatórios com verbos transitivos em muitas línguas (cf. Lehmann 1983, §3.2-3.3 *apud* Haspelmath, 2017, p. 217).

Universais 5 e 6

Haspelmath (2017) resumiu suas tendências de hipóteses em: Universal 5, quando se tratar de construções adpossessivas; e Universal 6, para ocorrências não possuídas de nomes. A respeito do Universal 5, sua hipótese é a de que construções possessivas com nomes inalienáveis tendem a apresentar codificação zero, codificação curta, codificação ligada e/ou obrigatoriedade, enquanto construções possessivas com nomes alienáveis tendem a apresentar codificação explícita, codificação longa, codificação livre e/ou impossibilidade.

Já, quanto ao Universal 6, em uma ocorrência não possuída, os nomes alienáveis tendem a mostrar codificação zero e/ou obrigatoriedade, enquanto os nomes inalienáveis tendem a mostrar codificação explícita e/ou impossibilidade. Segundo Haspelmath, os Universais 5–6 são formulados como tendências e não como universais absolutos, porque eles generalizam sobre os vários subtipos.

Sobre os Universais 5 e 6, em Guajá, observamos que as construções possessivas com nomes inalienáveis (divalentes) tendem a apresentar codificação explícita/manifesta, vinculada, curta e de obrigatoriedade, como em (78) e (38), aqui recontado como (110) e (111), enquanto nomes alienáveis (monovalentes), como *kwarahy* ‘sol’, em (16), renumerado como (112), e que nunca recebem marca de posse, podem ser classificados como impossíveis.

- (110) [Wa'amaxĩ]-a_{SN} <[[ha]_{SN}=r-imiriko]-a_{SN}>
 Wa'amaxĩ-RFR 1.NA=LK-esposa-RFR
 ‘Wa'amaxĩ é a minha esposa’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (111) [Wa'amaxĩ]-a_{SN} <[[Xiparẽxa'a]_{SN} r-imiriko]-a_{SN}>
 Wa'amaxĩ-RFR Xiparẽxa'a LK-esposa-RFR
 ‘Wa'amaxĩ é a esposa de Xiparẽxa'a’ (Magalhães; Mattos, 2014).

- (112) [o-ho]_{SV} ([kwarahy]-a_{SN}) [mĩ-pe]_{SAdv}
 3.A-ir sol-RFR longe-LOC
 ‘O sol foi para longe (lit. o sol se pôs)’ (Magalhães, dados inéditos).

Entretanto, há casos especiais em que nomes alienáveis passam a integrar uma construção de “posse”, e, assim sendo, apresentarão uma codificação longa e livre, como quando associados a um NGR. Isso porque, como explicado acima, o NGR constitui o núcleo divalente do predicado e possibilita a associação entre um nome monovalente e outro participante do contexto discursivo como em (89), (91) e (93), renumerados como (113), (114) e (115) respectivamente.

- (113) [komutatu]-a_{SN} <[[karai]_{SN} Ø-ma'ẽ]-a_{SN}>
 computador-RFR não-indígena LK-coisa-RFR
 ‘O computador é do não indígena’ (lit. ‘o computador é a coisa do não indígena’)
 (Magalhães, dado de campo não publicado).

- (114) [xahu]-a_{SN} <[[ha]_{SN}=r-imiar]-a_{SN}>
 porcão-RFR 1.NA=LK-presas-RFR
 ‘A minha presa é o porcão’ (Magalhães, dado de campo não publicado).

- (115) [kawaha]-Ø_{SN} <[[karai]_{SN} n-ima]-Ø_{SN}>
 cavalo-RFR não.indígena LK-animal.de.criação-RFR
 ‘O cavalo é animal de criação do não indígena’ (Magalhães, dado de campo não publicado).

6.2 Escala de proeminência do possuidor

Haspelmath (2017) propõe uma escala implicacional de alienabilidade, apresentada abaixo, em (116), com o intuito de tornar a análise mais clara e estabelecer um paralelo entre a cisão de alienabilidade e a cisão de codificação.

(116) ESCALA DE PROEMINÊNCIA DO POSSUIDOR:

nomes inalienáveis – nomes alienáveis – nomes superalienáveis

Nessa escala, o termo superalienável designa o grupo de nomes que raramente ocorrem em construções possessivas (como fenômenos ambientais, animais selvagens e antropônimos não relacionais). Tais itens também são classificados, na análise de certos idiomas, como nomes “impossuíveis” (Haspelmath, 2017, p. 214).

No Guajá, vemos em (1), replicado como (117), o nome *ka'a* 'floresta', que seria prototipicamente classificado nesse grupo:

- (117) ([*jaha*]_{SN}) <[*a-ju*]_{SV}> [[*ka'a*] *r-ia*]_{SPosp}
 eu 1SG.A-vir floresta LK-ABL
 'Eu vim da floresta' (Magalhães 2007, p. 168).

Contudo, dados contemporâneos revelam mobilidade categorial motivada discursivamente, como ilustrado em (2), renumerado aqui como (118).

- (118) <[*n=ani-maparã-j*]_{SV}> [[*are=Ø-ka'a*] *Ø-jaky-ha*]-*Ø*_{SN}
 NEG=13A-gostar-NEG 13NA=LK-floresta LK-mexer-NZR-RFR
 ([*area*]_{SN}) *anỹ*
 nós CONJ
 'Nós também não gostamos que mexam na nossa floresta' (Magalhães, 2007, p. 168).

Nesse uso, *ka'a* é reanalisado discursivamente como núcleo relacional, projetando uma posição argumental que, em seu emprego prototípico, não é estruturalmente ativada. Não se trata de alteração lexical permanente da raiz, mas de extensão contextual da sua grade argumental, motivada por fatores sociopolíticos que reforçam a conceitualização da floresta como entidade inerentemente vinculada ao coletivo.

Esse dado é central para a tese defendida aqui: a escala de proeminência do possuidor não deve ser interpretada como hierarquia categorial rígida, mas como gradiente probabilístico sensível a reconfigurações discursivas. No Guajá, a posição de um nome na escala não determina mecanicamente sua valência estrutural, mas correlaciona-se com expectativas de uso que podem, em contextos específicos, motivar reanálises argumentais.

Assim, defendemos aqui, por meio do exemplo do Guajá, que esses nomes não necessariamente ocupam posições rígidas na referida escala de proeminência do possuidor, mas que podem transitar entre categorias a depender do contexto discursivo e das dinâmicas sociais a que estão sujeitos os falantes.

6.3 Universal 7 e implicações para o Guajá

O Universal 7 prevê correlação entre posição na escala e extensão da marcação. Essa generalização hipotética diz que: quanto mais à esquerda um nome se situa na escala de proeminência do possuidor, mais curta (e ligada) será a marcação da posse, e mais longa (e menos ligada) será a marcação da forma não possuída. Inversamente, quanto mais à direita o nome se localiza, mais extensa será a marcação possessiva em detrimento da não possuída. Em suma, a extensão da marcação adpossessiva correlaciona-se inversamente com a probabilidade de ocorrência de um possuidor (Haspelmath, 2017, p. 219).

Desse modo, Haspelmath (2017) associa essa tendência aos conceitos de curteza e ligação em que codificação zero representa o grau máximo de curteza; codificação ligada indica maior integração estrutural; e obrigatoriedade pode exigir estratégias mais longas e indiretas para neutralizar expectativas estruturais e para a transmissão de significados complexos, desde que haja tempo e disponibilidade expressiva no idioma (Haspelmath, 2017, p. 219).

Vale ressaltar que esta conjectura não se aplica ao Guajá, por ser esta uma língua que não apresenta marcação produtiva com nomes alienáveis e superalienáveis e, quando o contexto permite o trânsito desses nomes entre as categorias, a marcação utilizada nos nomes alienáveis (monovalentes) é a mesma dos nomes inalienáveis (divalentes), conforme dados acima. Isso indica que o sistema Guajá não organiza a alienabilidade por contraste gradiente de extensão formal, como previsto no Universal 7, mas por restrições estruturais de valência nominal. A oposição relevante não é entre marcação mais curta ou mais longa dentro de uma mesma construção, mas entre possibilidade formal de saturação interna e necessidade de construção sintática externa (NGR).

6.4 Síntese interpretativa

A análise comparativa demonstra que: i) O Guajá não apresenta cisão de alienabilidade adnominal típica; ii) A distinção entre monovalentes e divalentes decorre primariamente da estrutura argumental projetada pelo nome; iii) A construção com NGR constitui mecanismo sintático especial para introdução de relação nominal, e não variante formal da posse direta; iv) A frequência e a previsibilidade oferecem explicação mais adequada do que a iconicidade para os padrões observados; v) A escala de proeminência do

possuidor deve ser reinterpretada como gradiente probabilístico, e não como hierarquia categorial fixa.

Os dados do Guajá envolvendo *ka'a* ‘floresta’, cuja flexibilidade também se observa em nomes como *kawa* ‘vasilha’ e *kanẽ* ‘lanterna’, evidenciam que a subclassificação nominal não é absolutamente impermeável ao uso: contextos discursivos específicos podem motivar reanálises locais na projeção argumental. Contudo, tais reconfigurações não alteram o sistema estrutural da língua, mas exploram possibilidades já disponíveis em sua arquitetura gramatical.

Conclui-se que o Guajá confirma parcialmente as tendências tipológicas descritas por Haspelmath, especialmente no que se refere à correlação entre previsibilidade e economia formal. Entretanto, o caso Guajá desafia leituras universalistas que pressupõem cisão formal adnominal como condição necessária para a organização da alienabilidade. A evidência sugere que a valência nominal – e não a extensão formal da marcação – constitui o parâmetro estrutural central para compreender o sistema.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de propor uma abordagem descritiva mais homogênea para o sistema nominal do Guajá, esta dissertação aprofundou a classificação anteriormente apresentada por Magalhães (2007), cuja base era predominantemente morfológica. A reformulação aqui desenvolvida fundamenta-se em critérios predominantemente sintáticos e assume a valência como princípio estrutural organizador não apenas da classe verbal, mas também da classe nominal.

A pesquisa foi orientada pelas seguintes questões: (i) quais critérios sintáticos permitem estabelecer uma subdivisão interna coerente na classe nominal; (ii) como classificar os nomes do Guajá no que se refere à sua relação com argumentos sob a ótica da valência e (iii) em que medida essa subclassificação apresenta estabilidade estrutural ou pode ser sensível a contextos de uso.

A partir do panorama sociocultural, sociolinguístico e tipológico apresentado nos capítulos iniciais, observou-se que transformações discursivas recentes – especialmente associadas à intensificação das reivindicações territoriais e à reorganização das formas de enunciação coletiva – repercutem na gramática em uso. Nomes tradicionalmente classificados como monovalentes, como *ka'a* ‘floresta’, *kawa* ‘vasilha’ e *kanẽ* ‘lanterna’ podem, em contextos discursivos específicos, ser reanalisados como núcleos relacionais, projetando posições argumentais associadas à reconfiguração das noções de coletividade ou individualidade. Esses casos, contudo, não configuram mudança estrutural do sistema nominal, mas reconfigurações locais motivadas por pressões pragmáticas e socioculturais que exploram possibilidades já disponíveis na arquitetura gramatical da língua.

No plano teórico, discutiram-se diferentes concepções de valência e defendeu-se sua extensão sistemática ao domínio nominal. Demonstrou-se que as relações de dependência entre núcleos e argumentos estruturam não apenas o domínio verbal, mas também o nominal, exigindo tratamento analítico convergente. A análise evidenciou que a organização argumental constitui parâmetro fundamental para a descrição das relações nominais em Guajá.

Como principal resultado, propôs-se a subclassificação dos nomes do Guajá em monovalentes e divalentes, de acordo com a estrutura argumental que admitem. Essa proposta

permite descrever de forma mais sistemática o comportamento sintático dos nomes e possibilita integrar verbos, nomes e expressões adverbiais sob um enquadramento teórico unificado, no qual a valência opera como princípio organizador transversal.

Os dados analisados evidenciam ainda que, embora essas categorias constituam propriedades estruturais da gramática, sua manifestação pode ser sensível ao uso. Processos de redução de valência e de associação de nomes monovalentes a outros nomes – frequentemente mediados por nomes genéricos relacionais (NGRs) –, demonstram que a língua dispõe de mecanismos formais para introduzir ou suprimir relações argumentais sem que isso implique alteração do sistema subjacente.

Do ponto de vista tipológico, a análise confirma parcialmente tendências descritas na literatura, especialmente aquelas relacionadas à correlação entre previsibilidade de ocorrência e economia formal. Contudo, o caso do Guajá indica que tais tendências não se organizam necessariamente por meio de cisão adnominal de alienabilidade. Os dados sugerem que, nessa língua, a valência nominal – e não a extensão formal da marcação possessiva – constitui o parâmetro estrutural central para a organização do domínio nominal, ao passo que fatores discursivos e probabilísticos podem influenciar a ativação contextual de posições argumentais.

Os resultados reforçam, portanto, que a descrição das classes de palavras do Guajá não deve apoiar-se exclusivamente em critérios semânticos. A valência nominal oferece uma alternativa descritiva mais homogênea e explicativa para a subclassificação nominal, permitindo compreender de forma integrada a interação entre estrutura gramatical, frequência de uso e prática discursiva.

Os dados discutidos, especialmente aqueles relacionados ao funcionamento dos NGRs e a processos de lexicalização, abrem perspectivas para investigações futuras sobre a dinâmica do léxico nominal, sobre a interface entre sintaxe e pragmática e sobre os mecanismos de reanálise categorial em línguas da família Tupi-Guarani. A ampliação do *corpus* e a coleta sistemática de novos dados poderão contribuir para o refinamento dessas análises e para o aprofundamento do debate tipológico sobre valência nominal e alienabilidade.

Espera-se que esta investigação contribua para o avanço dos estudos tipológicos e descritivos sobre as línguas Tupi-Guarani, para a documentação da língua Guajá e para o

fortalecimento de iniciativas educacionais e culturais nas comunidades Awa Guajá, colaborando para a preservação e valorização de seu patrimônio linguístico e cultural.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, A. *et al.* (orgs.). **Americanistas no cerrado**: estudos sobre línguas indígenas / Aline da Cruz *et al.* (orgs.). 1. ed. Goiânia, GO : Cegraf UFG, 2026. . [livro eletrônico]. PDF.
- ÁGEL, Vilmos; FISCHER, Klaus. Dependency grammar and valency theory. *In*: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (org.). **The Oxford handbook of linguistic analysis**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 223–255.
- BACH, Emmon. Nouns and noun phrases. *In*: BACH, Emmon; HARMS, Robert T. (ed.). **Universals in language**. New York: Holt & Rinehart, 1968. p. 89–122.
- BERTO, Flávia de Freitas. Tipologia de articulação de cláusulas: contribuições de um estudo sobre o Guajá. [S.l.] : Universidade Estadual Paulista (Unesp), 13 dez. 2017.
- BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). **Conheça a atuação da Funai na proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/conheca-a-atuacao-da-funai-na-protecao-dos-povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato>. Acesso em: 13 mar. 2026.
- CHAPPELL, Hilary; MCGREGOR, William. **The grammar of inalienability**: a typological perspective on body part terms and the part-whole relation / ed. by Hilary Chappell and William McGregor. — Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1996. ISBN 3-11-012804-7.
- COÊLHO, Joselma dos S.; Magalhães, Marina M. S. (no prelo). A noção de valência na subclassificação dos nomes em Guajá, *In* Aline da Cruz; Andrey Nikulin; Christiane C. de Oliveira; Marina M. S. Magalhães (orgs.). **Americanistas no Cerrado**: Estudos sobre línguas indígenas. Goiânia: CEGRAF, p. 108-113. 2026.
- CUNHA, Péricles. Análise fonêmica preliminar da língua Guajá. Dissertação (Mestrado em Linguística). Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Unicamp. Campinas. 1987.
- CUNHA, M. A. F.; MARTELOTTA, M. E.; OLIVEIRA, M. R. (orgs.) **Linguística Funcional**: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- DA CUNHA, Maria Angélica Furtado; BISPO, Edvaldo Balduino. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da linguística funcional centrada no uso. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 15, n. 1/2, p. 53–78, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9410>. Acesso em: 5 nov. 2023.
- DIETRICH, Wolf. O tronco Tupí e suas famílias de línguas: classificação e esboço tipológico. *In*: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (ed.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9–24.
- FERRAZ Gerardi, Fabrício; Reichert, Stanislav. The Tupí-Guaraní language family: A phylogenetic classification. **Diachronica**, v. 38, n. 2, Jun 2021, p. 151 - 1882021/01/12. DOI: 10.1075/dia.18032.fer

FERRAZ Gerardi, F.; Tresoldi, T.; Coelho Aragon, C.; Reichert, S.; de Souza, J. G.; Silva Noelli, F. Lexical phylogenetics of the Tupí-Guaraní family: Language, archaeology, and the problem of chronology. **PLOS ONE**, 18(6), e0272226. (2023). DOI: 10.1371/journal.pone.0272226

GARCIA, Uirá; MAGALHÃES, Marina. Guajá. **Povos Indígenas no Brasil**. Instituto Socioambiental (ISA), 2021. Publicado originalmente em nov. 2020. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guaj%C3%A1>. Acesso em: 15 maio 2024.

HAIMAN, John. Iconic and economic motivation. **Language**, v. 59, n. 4, p. 781–819, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/413373>. Acesso em: 11 jan. 2026.

HASPELMATH, Martin. Explaining alienability contrasts in adpossession constructions: Predictability vs. iconicity. **Zeitschrift für Sprachwissenschaft**, v. 36, n. 2, p. 193–231, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1515/zfs-2017-0009>.

KINKADE, M. Dale. Salish evidence against the universality of ‘noun’ and ‘verb’. **Lingua**, v. 60, p. 25–39, 1983. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0024-3841\(83\)90045-1](https://doi.org/10.1016/0024-3841(83)90045-1).

LAUNEY, Michel. The features of omnipredicativity in Classical Nahuatl. **STUF – Language Typology and Universals**, v. 57, n. 1, p. 49–69, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1524/stuf.2004.57.1.49>.

MAGALHÃES, Marina Maria Silva. **Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá (família Tupi-Guarani)**. 297 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MAGALHÃES, Marina Maria Silva; MATTOS, Ana Cristina Rodrigues de. Classes de palavras, tipos de predicados e sua relação com a intransitividade cindida em Guajá. **Via Litterae**, v. 6, n. 2, p. 251–284, 2014.

MAGALHÃES, Marina Maria Silva; PRAÇA, Walkíria Neiva; CRUZ, Aline. Gradação da omnipredicatividade na família Tupí-Guaraní. **Forma y Función**, v. 32, n. 2, p. 151–189, 2019.

MAGALHÃES, Marina Maria Silva.; ALVES, Débora Oliveira Silva. Alteração morfossintática de predicados no Guajá pela anteposição de expressões adverbiais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 17, n. 1, p. e20200112, 2022. DOI: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0112

MAGALHÃES, Marina Maria Silva; GARCIA, Uirá Felipe. A floresta vista de cima: a categorização do mundo na língua dos Awa Guajá e na “língua” dos karawara. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, 15(1), 263-295, 2023. DOI: 10.26512/rbla.v15i1.51951.

MELLO, Antônio Augusto Souza. Evidências fonológicas e lexicais para o subagrupamento interno tupí-guaraní. In: CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon Dall’Igna (org.). **Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 338–342.

MICHAEL, Lev *et al.* A Bayesian phylogenetic classification of Tupi-Guarani. **LIAMES – Línguas Indígenas Americanas**, v. 15, n. 2, p. 193–221, 2015.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Povos de recente contato. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato-2/povos-de-recente-contato-1>. Acesso em: 12 set. 2024.

MITHUN, Marianne. Is basic word order universal? *In*: PAYNE, Doris (ed.). **The pragmatics of word-order flexibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 15–61.

NASCIMENTO, Ana Paula Lion Mamede. Estudo fonético e fonológico da língua Guajá. 2008. 79 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, 2008.

NICHOLS, Johanna. On alienable and inalienable possession. *In*: SHIPLEY, William (ed.). **In honor of Mary Haas**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1988. v. 1, p. 475–521.

PRAÇA, Walkiria Neiva; MAGALHÃES, Marina Maria Silva; CRUZ, Aline da. Indicativo II da família Tupi Guarani: uma questão de modo?. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 39–58, 2017. DOI: 10.20396/liames.v17i1.8646480. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8646480>. Acesso em: 22 mar. 2026.

QUEIXALÓS, Francesc. Le suffixe référentiel en Émérillon. *In*: QUEIXALÓS, Francesc (coord.). **Des noms et des verbes en Tupi-Guarani: état de la question**. München: Lincom Europa, 2001. p. 115–132.

QUEIXALÓS, Francesc. Posse em Katukina e valência dos nomes. *In*: RODRIGUES, Aryon Dall’Igna; CABRAL, Ana Suelely Arruda Câmara (org.). **Novos estudos sobre línguas indígenas brasileiras**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 177–202.

QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dionei. Valence in Katukina-Kanamari noun phrases and the nature of genitive classifiers. *In*: QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dionei (org.). **O sintagma nominal em línguas amazônicas**. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 141–176.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna.. Relações internas na família linguística Tupi-Guarani. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 3, n. 2, p. 233–252, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/16264/14552>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SALANOVA, Andrés Pablo; NIKULIN, Andrey. A typology of relationalizing and absolutizing morphology in Lowland South American languages. **International Journal of American Linguistics**, v. 91, n. 1, p. 43–96, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/732880>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Instituto Socioambiental (ISA). 2021. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 8 maio 2025.

TESNIÈRE, Lucien. **Éléments de syntaxe structurale**. Paris: Klincksieck, 1959.

VAPNARSKY, Valentina. Is Yucatec Maya an omnipredicative language? Predication, the copula and focus constructions. **STUF – Language Typology and Universals**, v. 66, p. 40–86, 2013.

VERGNAUD, J; ZUBIZARRETA, M.L. **The definitive determiner and the inalienable constructions in French and in English**. *Linguistic Inquiry*, 23, 595-652. 1992.